Diário eletrônico do
MPRS
www.mprs.mp.br



Porto Alegre, 29 de outubro de 2026.

Edição n. 4375

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Atos Normativos..... 2
Boletins..... 8
Editais..... 9

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Portarias..... 10

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Boletins..... 10
Súmulas de Contratos..... 10

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
Boletins..... 11

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Avisos..... 34

FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS
Extratos..... 34

JANELISE CRISTINE CORTES
ANHAIA:45031584068

Assinado de forma digital por
JANELISE CRISTINE CORTES
ANHAIA:45031584068
Dados: 2026.10.29 12:08:17 -03'00'

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N. 64/2026-PGJ

Dispõe sobre a organização da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Gestão Estratégica.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 109, inciso I, da Constituição do Estado, e o art. 25, inciso LII, da Lei Estadual n.º 7.669, de 17 de junho de 1982,

CONSIDERANDO as alterações promovidas pela Lei Complementar n. 15.005, de 1.º de junho de 2017, na Lei Orgânica e no Estatuto do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar os atos normativos internos à legislação institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e redefinir as atribuições das estruturas que compõem a Subprocuradoria-Geral de Justiça de Gestão Estratégica;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar a organização administrativa da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Gestão Estratégica com a estrutura de governança da tecnologia da informação instituída pelo Provimento n. 68/2017-PGJ;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a estrutura da Divisão de Gestão de Processos às atividades de apoio operacional à distribuição e à tramitação de processos judiciais, especialmente perante as Varas Regionais de Garantias e durante os plantões judiciais;

CONSIDERANDO a conveniência de reunir as atividades de gestão de processos extrajudiciais e administrativos em uma única unidade, mediante o aproveitamento das estruturas previstas na proposta de reorganização,

RESOLVE, tendo em vista o que consta no PGEA nº 02434.000.118/2025, editar o seguinte **PROVIMENTO:**

Art. 1.º Compõem a estrutura da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Gestão Estratégica.:

I - Divisão de Gestão Estratégica e Projetos;

II - Divisão de Gestão de Processos;

III - Direção de Tecnologia da Informação e Comunicação;

IV - Núcleo de Inovação e Desburocratização;

V - Núcleo de Proteção de Dados Pessoais;

VI - Laboratório de Dados e Inovação do MPRS;

VII - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Art. 2.º São atribuições da Divisão de Gestão Estratégica e Projetos:

I - assistir e assessorar o Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão Estratégica e o Procurador-Geral de Justiça em seu programa de gestão;

II - estabelecer diretrizes para a adoção de programas e modelos de gestão no âmbito do Ministério Público e para a formação dos gestores da Instituição;

III - propor readequações na estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça e dos Órgãos de Administração;

IV - prestar apoio ao Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão Estratégica no exercício da presidência do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e do Conselho de Gestão Compartilhada;

V - promover a divulgação dos indicadores de gestão estratégica da Instituição nas páginas da internet e intranet;

VI - supervisionar e orientar as atividades das unidades a ela vinculadas.

Art. 3.º Estão vinculadas à Divisão de Gestão Estratégica e Projetos as seguintes unidades:

I - Unidade de Gestão e Planejamento Estratégico;

II - Unidade de Projetos Estratégicos;

III - Unidade de Disseminação da Gestão Estratégica.

§ 1.º São atribuições da Unidade de Gestão e Planejamento Estratégico:

I - conduzir o processo de formulação e revisão da estratégia do Ministério Público e sua tradução em objetivos, indicadores e metas institucionais;

II - coordenar o processo de gestão estratégica e monitorar sua implementação;

III - promover o alinhamento estratégico com as áreas da instituição, atuando como catalisador e facilitador das mudanças;

IV - monitorar tendências/cenários e suas conexões com as iniciativas estratégicas;

V - monitorar os indicadores estratégicos da Instituição e divulgar seus resultados;

VI - prestar apoio metodológico aos responsáveis pela análise de desempenho dos objetivos e coleta de indicadores das ações estratégicas;

VII - coletar e organizar as informações relativas à gestão estratégica a serem divulgadas no Relatório Anual de Atividades do Ministério Público para prestação de contas à Assembleia Legislativa do Estado;

VIII - encaminhar ao Conselho Nacional do Ministério Público as informações solicitadas para a elaboração do relatório anual mencionado na Constituição Federal.

§ 2.º São atribuições da Unidade de Projetos Estratégicos:

I - promover a gestão do portfólio de projetos e programas estratégicos, assegurando a aderência com o Planejamento Estratégico Institucional;

II - acompanhar o andamento dos projetos estratégicos e promover o correto registro da evolução e respectivos resultados;

III - fomentar a implantação das melhores práticas e difundir a cultura de gerenciamento de projetos no MPRS;

IV - prestar apoio metodológico às equipes de projetos em todas as fases do projeto;

V - propor alterações na priorização de projetos vinculados ao Planejamento Estratégico Institucional;

VI - decidir sobre as alterações de escopo e acréscimos de prazo;

VII - analisar a documentação dos projetos estratégicos, assegurando que ela seja consistente, completa e focada em resultados;

VIII - propor a suspensão ou o cancelamento de projeto que esteja sendo executado em desacordo com este Provimento;

IX - prestar suporte à Administração na avaliação, tomada de decisão, seleção e priorização referente a iniciativas estratégicas e gestão do portfólio de projetos;

X - fomentar o aprimoramento contínuo da gestão estratégica e gerenciamento de projetos na Instituição, validando resultados e aprendizados de projetos encerrados e realizando pesquisas sobre inovações na área;

XI - elaborar e aplicar, quando necessário, capacitações referentes aos processos de Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos;

XII - realizar a comunicação das estratégias, programas e projetos e dos seus resultados, com o apoio do Gabinete de Comunicação Social.

§ 3.º São atribuições da Unidade de Disseminação da Gestão Estratégica:

I - prestar apoio no planejamento e condução de projetos estratégicos que possuem etapas a serem executas localmente (projetos de adesão);

II - prestar apoio no planejamento e execução de projetos estratégicos (projetos locais) nas Promotorias de Justiça;

III - prestar apoio aos Diretores de Promotorias de Justiça em assuntos relacionados com a gestão das Promotorias de Justiça;

IV - identificar necessidades de melhorias em ferramentas e sistemas utilizados pelas Promotorias de Justiça;

V - auxiliar na identificação e consolidação de atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça para a composição do Relatório Anual de Atividades do Ministério Público;

VI - elaborar e aplicar, quando necessário, capacitação para a utilização de ferramentas institucionais de gestão, assim como em relação aos processos de Gestão estratégica e Gerenciamento de Projetos.

Art. 4.º São atribuições da Divisão de Gestão de Processos:

I - auxiliar na contratação e implantação de ferramentas informatizadas de apoio à gestão na Instituição, especialmente aquelas relacionadas à gestão e à melhoria na tramitação de processos;

II - estabelecer diretrizes para o atendimento de orientação e suporte ao usuário quanto ao uso dos sistemas de tramitação processual;

III - atuar em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), a Unidade de Certificação e Qualidade, as demais unidades integrantes da Divisão de Gestão de Processos, o Laboratório de Dados e Inovação e a Direção de Tecnologia da Informação e Comunicação para a capacitação de membros, servidores e colaboradores na utilização de sistemas de informação e demais recursos tecnológicos;

IV - colaborar com as demais unidades integrantes da Divisão de Gestão de Processos, com o Laboratório de Dados e Inovação e com outros setores na especificação de fluxos e sistemáticas de trabalho;

V - promover constantes atualizações dos fluxos e orientações oriundos da Unidade de Certificação e Qualidade, da Unidade de Gestão de Processos Judiciais e da Unidade de Gestão de Processos Extrajudiciais e Administrativos;

VI - zelar pela coerência entre os fluxos e orientações oriundos das unidades referidas no inciso V;

VII - auxiliar, em conjunto com o Laboratório de Dados e Inovação e outros setores, no levantamento e divulgação dos indicadores de atuação e de gestão estratégica da Instituição;

VIII - divulgar os indicadores de atuação da Instituição nas páginas da internet e intranet;

IX - realizar, diretamente ou por intermédio das unidades vinculadas, visitas às unidades ministeriais para análise e identificação de oportunidades de melhoria, readequações e orientações, buscando o desenvolvimento dos servidores, com a realização de capacitações sobre fluxos, rotinas e padrões de trabalho, bem como treinamentos nos sistemas de informação da Instituição;

X - aplicar metodologias e tecnologias de gestão por processos, estabelecendo padrões para o mapeamento, a análise e o redesenho dos processos de trabalho;

XI - desenvolver e difundir metodologias e boas práticas de gestão por processos, elaborar conteúdos de capacitação e manter atualizados os respectivos manuais;

XII - analisar e propor, em conjunto com as unidades técnicas competentes, melhorias nos sistemas de informação corporativos decorrentes do mapeamento e do aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

Art. 5.º Estão vinculadas à Divisão de Gestão de Processos as seguintes estruturas:

I - Assessoria de Gestão de Processos;

II - Unidade de Certificação e Qualidade;

III - Unidade de Gestão de Processos Judiciais;

IV - Unidade de Gestão de Processos Extrajudiciais e Administrativos;

V - Unidade de Apoio à Distribuição e Tramitação Judicial.

§ 1.º São atribuições da Assessoria de Gestão de Processos:

I - assessorar a Divisão de Gestão de Processos no exercício de suas funções;

II - auxiliar a Unidade de Certificação e Qualidade, a Unidade de Gestão de Processos Judiciais, a Unidade de Gestão de Processos Extrajudiciais e Administrativos e a Unidade de Apoio à Distribuição e Tramitação Judicial.

§ 2.º São atribuições da Unidade de Certificação e Qualidade:

I - determinar os critérios e a forma de certificação de aderência aos projetos de padronização e organização administrativa em vigor;

II - divulgar os critérios e a forma de certificação de aderência aos projetos de padronização e organização administrativa em vigor;

III - promover, em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), a capacitação de membros e servidores nos projetos de padronização e organização administrativa em vigor e em outros processos de trabalho;

IV - realizar levantamentos e análises dos dados colhidos para subsidiar o processo de melhoria contínua;

V - desenvolver estudos com vistas à aplicação de metodologia da qualidade, para subsidiar o processo de melhoria contínua;

VI - desenvolver e aplicar ferramentas de Avaliação da Conformidade, com vistas à certificação de aderência aos projetos de padronização e organização administrativa em vigor;

VII - manter atualizado o banco de dados com o registro das Avaliações da Conformidade, com vistas a subsidiar o processo de gestão da qualidade para a certificação e sua posterior renovação;

VIII - elaborar e executar ações de adequação para as unidades administrativas e demais órgãos da Instituição que apresentarem não conformidades aos projetos de padronização e organização administrativa em vigor e outros processos de trabalho;

IX - propor, elaborar, orientar e acompanhar auditorias administrativas;

X - elaborar e manter atualizados manuais de gestão da qualidade e de certificação;

XI - executar ações visando à implementação ou à adequação dos processos de trabalho estabelecidos pela Instituição;

XII - propor à Divisão de Gestão de Processos sugestões de melhoria de fluxos e procedimentos administrativos;

XIII - planejar, organizar e acompanhar a implantação de projetos institucionais de padronização e organização administrativa, inclusive do Projeto de Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público (PROPAD), em articulação com as unidades competentes.

§ 3.º São atribuições da Unidade de Gestão de Processos Judiciais, quanto aos processos judiciais:

I - estabelecer fluxos e orientações padronizados para otimização das rotinas de trabalho;

II - manter atualizado e disponível o acervo de fluxos e orientações vigentes;

III - controlar as sugestões de melhorias de fluxos e procedimentos;

IV - colaborar com o corpo técnico de outros órgãos e instituições para estabelecer e implementar melhorias dos fluxos e rotinas;

V - encaminhar à Divisão de Gestão de Processos eventuais sugestões de melhorias em fluxos que não sejam de sua atribuição ou que dependam da colaboração interinstitucional;

VI - colaborar com a Divisão de Gestão de Processos no desempenho de suas atribuições.

§ 4.º São atribuições da Unidade de Gestão de Processos Extrajudiciais e Administrativos, quanto aos procedimentos extrajudiciais e aos processos administrativos:

I - estabelecer fluxos e orientações padronizados para otimização das rotinas de trabalho;

II - manter atualizado e disponível o acervo de fluxos e orientações vigentes;

III - controlar as sugestões de melhorias de fluxos e procedimentos;

IV - colaborar com o corpo técnico de outros órgãos e instituições para estabelecer e implementar melhorias dos fluxos e rotinas;

V - encaminhar à Divisão de Gestão de Processos eventuais sugestões de melhorias em fluxos que não sejam de sua atribuição ou que dependam da colaboração interinstitucional;

VI - colaborar com a Divisão de Gestão de Processos no desempenho de suas atribuições.

§ 5.º São atribuições da Unidade de Apoio à Distribuição e Tramitação Judicial:

I - prestar apoio operacional à distribuição e à tramitação de processos judiciais, especialmente aqueles em tramitação perante as Varas Regionais de Garantias, inclusive durante os plantões judiciais, e ao Serviço de Plantão do Foro Central de Porto Alegre;

II - executar, no âmbito de suas competências, atividades operacionais de distribuição, redistribuição, encaminhamento e movimentação de processos judiciais nos sistemas informatizados utilizados pela Instituição;

III - acompanhar e regularizar, quando necessário, os registros e as movimentações processuais relacionados às atividades sob sua responsabilidade, observados os perfis de acesso e as competências estabelecidas;

IV - identificar e encaminhar às unidades técnicas competentes inconsistências, falhas e dificuldades operacionais relacionadas à distribuição e à tramitação de processos judiciais;

V - colaborar com a Unidade de Gestão de Processos Judiciais na identificação de oportunidades de melhoria dos fluxos e rotinas de trabalho;

VI - colaborar com a Divisão de Gestão de Processos no desempenho de suas atribuições.

§ 6.º As atividades da Unidade de Apoio à Distribuição e Tramitação Judicial possuem natureza operacional e administrativa e serão exercidas no âmbito das atribuições do Ministério Público, observadas as competências dos órgãos de execução, das demais unidades da Instituição e dos órgãos responsáveis pelos sistemas judiciais, sem abranger a prática de atos privativos dos membros do Ministério Público.

Art. 6.º A estrutura, o funcionamento e as atribuições da Direção de Tecnologia da Informação e Comunicação, do Núcleo de Inovação e Desburocratização, do Núcleo de Proteção de Dados Pessoais, do Laboratório de Dados e Inovação e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional serão disciplinados em atos normativos próprios, observadas as disposições já vigentes.

Art. 7.º Revoga-se o Provimento n. 07/2020-PGJ

Art. 8.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

PROVIMENTO N. 65/2026-PGJ

Altera o Provimento n. 81/2025-PGJ, que dispõe sobre a implantação do Núcleo de Soluções Fundiárias - NUSF no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 109, inciso I, da Constituição do Estado, e o art. 25, inciso LII, da Lei Estadual n.º 7.669, de 17 de junho de 1982,

CONSIDERANDO as deliberações constantes no PGEA 01155.000.043/2025,

RESOLVE editar o seguinte **PROVIMENTO**:

Art. 1.º Altera o art. 8.º, *caput*, do Provimento n. 81/2025–PGJ, e os seus §§ 1.º e 2.º, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 8.º O Coordenador-Geral do NUSF encaminhará, mensalmente, à Corregedoria-Geral do Ministério Público, planilha consolidada contendo a identificação dos casos, os números dos respectivos procedimentos administrativos e processos judiciais, bem como a identificação dos membros do Ministério Público que participaram das sessões de mediação e conciliação e das visitas técnicas realizadas no mês anterior."

"§ 1.º A Corregedoria-Geral do Ministério Público poderá consultar os respectivos procedimentos administrativos e processos judiciais, sempre que entender necessário, para verificar a realização dos atos e a participação dos membros do NUSF."

§ 2º. A planilha de que trata o *caput* deste artigo constituirá instrumento de acompanhamento e controle da atuação dos membros do NUSF, independentemente da elaboração ou do encaminhamento, pela Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, das atas das sessões de mediação e conciliação e dos relatórios das visitas técnicas."

Art. 2.º Revoga-se o § 2.º do art. 7.º do Provimento n. 81/2025-PGJ.

Art. 3.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

RESOLUÇÃO N. 10/2026 – PGJ

Referenda enunciado aprovado pelo Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça com atuação na matéria da Infância, Juventude e Educação - CONPPIJE, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, inciso XX, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982,

CONSIDERANDO que o Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça com atuação na matéria da Infância, Juventude e Educação - CONPPIJE, aprovou a proposta de um novo enunciado contendo diretrizes de atuação na área;

CONSIDERANDO que as deliberações alusivas ao referido Enunciado foram examinadas e referendadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público;

CONSIDERANDO que se mostra necessária a expedição de Resolução aos membros do Ministério Público com atuação em infância, juventude e

educação;

RESOLVE o seguinte:

Art. 1.º Fica referendado, para a conveniência da atuação uniforme dos membros do Ministério Público, resguardada a independência funcional, o seguinte Enunciado:

ENUNCIADO:

INFÂNCIA E JUVENTUDE. NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DO TRABALHO EM REDE PARA GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. O acolhimento de crianças e adolescentes é uma medida excepcional e extrema que apenas deve ser aplicada depois de esgotadas as medidas protetivas que possibilitem a permanência na família, para isso devem ser ofertados serviços, programas, projetos e ações de diversas políticas sociais e órgãos do sistema de garantias de direitos, atuando na perspectiva de rede, de forma articulada, integrada, intersetorial e interdisciplinar. O Ministério Público deve atuar para que, quando identificada situação de ameaça ou violação de direitos que possa resultar em afastamento do convívio familiar, seja adotado, pela rede, o Plano Intersetorial de Acompanhamento Familiar (PIAF), como instrumento técnico-operacional destinado a organizar, registrar e monitorar as ações articuladas da rede intersetorial junto à criança, ao adolescente e sua família de origem e/ou extensa. Quando o acolhimento de crianças e adolescentes for necessário, este deve ocorrer, prioritariamente, por meio dos Serviços de Famílias Acolhedoras, com manutenção dos vínculos familiares e comunitários. Nos serviços de acolhimento (familiar e institucional), as equipes devem estar capacitadas para o acompanhamento às crianças, aos adolescentes e às famílias, construção do Plano Individual de Atendimento, com participação das crianças ou adolescentes, das famílias e da rede intersetorial, tendo em vista o desenvolvimento de estratégias para manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e, quando for necessário, preparação das crianças ou adolescentes para adoção. Os serviços de acolhimento e a rede intersetorial devem construir estratégias de acompanhamento às crianças, aos adolescentes e às famílias durante o acolhimento, nos processos de desligamento dos serviços de acolhimento e após o desligamento, mantendo o acompanhamento por, pelo menos, 6 meses. No caso de adolescentes e jovens, o acompanhamento no processo de desligamento deverá incluir estratégias específicas de promoção da autonomia, tais como a inserção em programas de aprendizagem e qualificação profissional, o encaminhamento para repúblicas e/ou políticas de moradia, e o fortalecimento de redes de apoio comunitário e vínculos significativos.

Cabe às Promotorias de Justiça com atribuição na matéria da proteção da Infância e Juventude:

a) promover a indução de políticas públicas para que sejam ofertados, de forma qualificada e suficiente, serviços, programas e projetos voltados ao acompanhamento, à garantia de direitos e ao fortalecimento das capacidades protetivas das famílias, prevenindo o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar, incluindo a implementação de Programas de Guarda Subsidiada e programas específicos de prevenção ao acolhimento e acompanhamento, para atuação na perspectiva de rede, nos casos em que for identificada situação de ameaça ou violação de direitos que possa resultar em afastamento do convívio familiar;

b) fomentar, como forma de prevenir o acolhimento, para que os municípios, por meio de suas redes locais, utilizem o Plano Intersetorial de Acompanhamento Familiar (PIAF), como um dos instrumentos indispensáveis para identificar os motivos da situação de risco com potencial de ensejar o afastamento do convívio familiar e estabelecer, objetivamente, metas e compromissos, com prazos a serem observados pelos membros da família e pela rede de proteção de forma compartilhada, fortalecendo as condições de cuidado na família. O documento deve ser elaborado, de forma conjunta, a partir de discussão de caso em uma ou mais reuniões, pelos serviços da rede intersetorial responsáveis pelo acompanhamento do caso, com a participação da família na pactuação das ações e dos compromissos, assim como das crianças e dos adolescentes, que deverão participar e receber informações adequadas à sua etapa de desenvolvimento;

c) atuar para que o acolhimento, quando necessário, ocorra, prioritariamente, por meio do Serviço Família Acolhedora, fiscalizando a existência, implementação, ampliação e adequada estruturação dos serviços;

d) fiscalizar, regularmente, os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, verificando as condições de funcionamento, o número de vagas, a existência de equipe técnica mínima e carga horária semanal, a capacitação continuada, a estrutura física, o cumprimento das normas técnicas e o respeito aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes em situação de acolhimento;

e) fomentar a instituição de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes executados pela rede própria municipal, com equipes concursadas e com vínculos estáveis;

f) exigir que o Plano Individual de Atendimento - PIA seja elaborado e atualizado dentro dos prazos legais, com a participação da criança ou adolescente, da família e da rede de proteção, assegurando que contenha objetivos e estratégias para garantia dos direitos e convivência comunitária, reintegração familiar, fortalecimento dos vínculos familiares ou, quando necessário, preparação para adoção, nos termos das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (link de acesso: *https://intra.mp.rs.gov.br/areas/caoinfancia/arquivos/orientacoestecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf);*

g) fiscalizar para que seja assegurado acompanhamento às crianças, adolescentes e famílias após o desligamento do serviço de acolhimento por, no mínimo, 6 meses, de forma articulada na rede de proteção intersetorial, prevenindo a reincidência do acolhimento e violações de direitos, conforme as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (link de acesso: *https://intra.mp.rs.gov.br/areas/caoinfancia/arquivos/orientacoestecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf);*

h) fomentar para que existam estratégias específicas de promoção da autonomia, tais como a inserção em programas de aprendizagem e qualificação profissional, bem como o encaminhamento para políticas de república e/ou de moradia e o fortalecimento de redes de apoio comunitário e vínculos significativos, para os acolhidos que atingem a maioridade no acolhimento.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de outubro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

ATO N. 70/2026 – PGJ

Prorroga a vigência do Ato Temporário n. 02/2026-PGJ, que fixa, de forma temporária, atribuições ao cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 100, para atuação na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, de Entrância Final.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o disposto no § 3.º do artigo 10 do Provimento n. 06/2021-PGJ;

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.002.321/2025;

RESOLVE editar o seguinte **ATO**:

Art. 1.º Altera o art. 2.º do Ato Temporário n. 02/2026-PGJ, para fazer constar a prorrogação da sua vigência, nos seguintes termos:

"Art. 2.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 28/01/2026, com vigência, em virtude de prorrogação, até 27/01/2029.

Art. 2.º Este Ato entra em vigor a contar de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de outubro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

BOLETIM N. 368/2026

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR

- tendo em vista o constante no PGEA n.° 02555.000.045/2025, o servidor NELDO AUGUSTO DOBKE VALADÃO, ID. 3429024, para a função de Fiscal Titular, e o servidor CLEBER SOUZA UGHINI, ID 3890678, para a função de Fiscal Substituto, do Termo de Cooperação celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS) e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), com o objetivo de disciplinar a cessão de uso gratuita do Sistema de Investigação de Registros Telefônicos e Telemáticos (SITTEL/MPRS) (Port. 178/2026/GABPGJ).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de outubro de 2026.

RAQUEL ISOTTON,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 76/2026 – PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei n. 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo **PGEA. 00873.000.393/2026.**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

RAQUEL ISOTTON,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 77/2026 – PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei n. 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo **PGEA. 01746.000.188/2026.**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

RAQUEL ISOTTON,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 78/2026 – PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei n. 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo **PGEA. 00931.003.685/2026.**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

RAQUEL ISOTTON,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 79/2026 – SECGERAL

Disponibilização do Formulário Eletrônico de Inscrição na Intranet:	09 de novembro de 2026.
Habilitação dos servidores e dos estagiários/residentes interessados por meio de inscrição na Intranet:	Até às 19 horas do dia 23 de novembro de 2026.
Divulgação das listas dos habilitados aos sorteios:	30 de novembro de 2026.
Prazo para apresentação de recurso à lista de habilitados ao sorteio:	Até às 19 horas do dia 04 de dezembro de 2026.
Publicação da lista final dos servidores e estagiários /residentes que estarão concorrendo aos sorteios:	09 de dezembro de 2026.
Realização dos Sorteios:	10 de dezembro de 2026, às 14:00 na sala da Prefeitura Administrativa, 3° Andar Torre Norte
Publicação da lista dos servidores e dos estagiários/residentes sorteados:	11 de dezembro de 2026.
Apresentação do documento de habilitação do condutor e do certificado de registro e licenciamento do veículo, diretamente na Central de Controle e cadastramento do usuário no Aplicativo “Meu Veículo”:	Até o dia 18 de dezembro de 2026.
Acesso à garagem interna e ao estacionamento externo:	A partir do dia 07de janeiro de 2027

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

PORTARIA N.º 140/2026/SUBJUR

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA substituto automático de escala do agente ministerial com atuação junto ao 3º Juizado Especial Criminal do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, o Dr. Gerson Luís Kirsch Daiello Moreira, para dar prosseguimento à persecução penal, bem como acompanhar todos os trâmites do feito e seus desdobramentos, com base no Termo Circunstanciado nº 5002493-34.2026.8.21.6001, oriundo do Juízo do 3º Juizado Especial Criminal do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, seu substituto de escala que não estiver impedido, e responder pelo cargo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de outubro de 2026.

Registre-se e publique-se.

JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos[1].

[1] Artigo 17, inciso VI, da Lei n.º 7.669/1982 e Portaria n.° 291/2023/GABPGJ.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N. 369/2026

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, EM EXERCÍCIO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 27/10/2026, no cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, EMÍLIO FREGAPANI TOSCANI, tendo entrado em exercício em 28/10/2026.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de outubro de 2026.

ALESSANDRA MOURA BASTIAN DA CUNHA,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício.

SÚMULA DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0087/2022
PROCEDIMENTO N° 02405.000.170/2022

CONTRATADA: SCUNNA S/A; **OBJETO:** prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, a contar de 02 de dezembro de 2026, com a renovação dos quantitativos estimados; Consignar que o reajuste, negociado entre as partes em 50% do índice do período, dar-se-á oportunamente, por apostilamento; **VALOR TOTAL:** R$ 47.643,60; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UO. 09.79, Recurso 0164, Projeto 9024, Natureza da Despesa 3.3.90.40, Rubrica 4007; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como na cláusula décima terceira do ajuste.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2026.
ROGERIO DA SILVA MEIRA,
Diretor-Geral, em substituição.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0031/2026
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.116/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

FORNECEDOR: BASE SEGURANÇA ELETRONICA LTDA; **OBJETO**: registro do preço, para aquisição de materiais elétricos e hidráulicos de uso recorrente e de uso conforme demanda conforme descrição a seguir:

ITEM	OBJETO	QUNTDE.	UNIDADE	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO
12	Kit movimentador para portão deslizante com peso superior a 450kg , (cremalheira), semi-industrial, com motor de no mínimo 1/3 HP, monofásico 220V 60 HZ, com transmissão do motor para o redutor por correia V. Devem acompanhar o redutor seis metros de cremalheira, dois controles remotos e manual do produto. Frequência da placa de comando 433 MHZ.	4	UNIDADE	PPA / PPA DZRIO	R$ 5.916,00

VIGÊNCIA: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimento nº 104/2023-PGJ, Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual/RS nº 57.036/2023;
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2026.
ROGERIO DA SILVA MEIRA,
Diretor-Geral, em substituição.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAIS TÉCNICOS E DE GESTORES DE CONTRATO Nº 59/2026
PROCEDIMENTO 02405.000.109/2026

Dispõe sobre a retificação da designação de Fiscais Técnicos do Contrato nº 40/2026.

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o Provimento nº 05/2023 - PGJ;
RESOLVE:
Art. 1º - RETIFICAR o nome do servidor DOUGLAS DA ROSA GOMES, ID 2280329, na função de Fiscal Técnico do Contrato nº 40/2026, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e a empresa L&K TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 27.298.172/0001-40, para DOUGLAS DA ROSA SOARES.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2026.
ROGERIO DA SILVA MEIRA,
Diretor-Geral, em substituição.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PGEA. 02416.000.063/2026

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça **DRA. CLAUDIA LUCIA BONETTI**, ID n.º 4292359. **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa **FWQ9A66**, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 30/2018-PGJ.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de outubro de 2026.
HERIBERTO ROOS MACIEL,
Procurador de Justiça,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 018/2026

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Civis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00712.001.853/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Alegrete. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jessé Padilha de Goes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alegrete. OBJETO: Averiguar a existência de fundamento para instaurar procedimento próprio de fiscalização da Fundação Átila Taborda - FAT em Alegrete. INVESTIGADO(S): Fundação Átila Taborda - FAT. LOCAL DO FATO: Alegrete.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01716.000.305/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande. OBJETO: Averiguar a notícia de ausência de museólogo no Museu Municipal Visconde de Mauá. INVESTIGADO(S): Município de Arroio Grande. LOCAL DO FATO: Arroio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01724.000.464/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus. OBJETO: Apurar notícia de possível uso indevido de bem público municipal por particular identificada nos autos. INVESTIGADO(S): Pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Bom Jesus.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01724.000.542/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus. OBJETO: Apurar suposta utilização de veículos públicos para atividades particulares por agente pública identificada nos autos. INVESTIGADO(S): Pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Bom Jesus.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00726.000.913/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pedro Santos Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. OBJETO: Acompanhamento da conformidade legal das emendas parlamentares ao orçamento municipal de Santana da Boa Vista. INVESTIGADO(S): Município de Santana da

Boa Vista. LOCAL DO FATO: Santana da Boa Vista.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.042/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na contratação temporária promovida pelo Município de Cacequi por meio do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 04/2025 para o cargo de Analista Ambiental. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.279/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar exigência pelo Município de Cacequi referente à apresentação de carteira profissional em processo seletivo para terapeuta musical. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.309/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar situação relativa a possíveis desvios de função de motoristas do Município de Cacequi. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.302/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades na contratação de profissionais sem capacitação, pelo Município de Cacequi, por meio de consórcio intermunicipal. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.335/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar notícia de possível transporte irregular de vestuário e materiais provenientes do Pronto Atendimento Municipal. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.305/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar suposta irregularidade na aquisição de merenda escolar pela Secretaria Municipal de Educação de Cacequi. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.433/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar notícia de repasse financeiro entre particulares com o fim de difamar agentes públicos locais. INVESTIGADO(S): Pessoas físicas identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.478/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Averiguar representação relativa a possível ausência de licença de operação de empresa prestadora de serviços de internet contratada pelo Município de Cacequi. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi e empresa identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.329/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar representação relativa à oferta de vagas com remuneração inferior ao salário mínimo no edital de concurso público do Município de Cacequi. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.194/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Acompanhar a regularidade na prestação dos serviços do Pronto Atendimento de Saúde do Município de Cacequi. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.446/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar suposto uso irregular de veículo oficial do Município de Cacequi para transporte particular de agentes políticos. INVESTIGADO(S): Agentes políticos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.385/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Averiguar notícia de possíveis irregularidades atribuídas a agente político municipal referente ao direcionamento de emendas impositivas, gestão de cargos públicos e condutas funcionais correlatas. INVESTIGADO(S): Agente político identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.028/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar notícia de contratação de profissionais por consórcio e realização de processos seletivos em detrimento da convocação de candidatos aprovados em concurso público municipal. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.092/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da

Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar a participação de servidora pública municipal em evento festivo durante período de afastamento funcional motivado por atestado médico. INVESTIGADO(S): Servidora pública identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.139/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar representação relativa ao funcionamento de associação de catadores de materiais recicláveis no Município de Cacequi, bem como ao suposto uso indevido de maquinário e operador público pela referida entidade. INVESTIGADO(S): Associação privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01650.000.606/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar possível irregularidade na contratação de profissionais pelo Município de Cacequi por meio de consórcio intermunicipal de saúde. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.457/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar eventual irregularidade e prática de nepotismo na nomeação de ocupante de cargo em comissão de Secretário Municipal. INVESTIGADO(S): Agentes públicos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.459/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Averiguar representação que noticia o suposto uso irregular de bens públicos em imóvel particular atribuído a agente político municipal. INVESTIGADO(S): Agente político identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.507/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar supostas irregularidades na atuação funcional de servidora ocupante de cargo em comissão na Prefeitura do Município de Cacequi. INVESTIGADO(S): Servidora pública identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.031/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar possível concessão e uso irregular de diárias custeadas pelo Município de Cacequi em favor de agente político e servidora da Câmara Municipal. INVESTIGADO(S): Agentes públicos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.089/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar notícia de suposto bloqueio de comentários em perfil institucional oficial da Câmara Municipal de Cacequi em redes sociais. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.130/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar suposta indisponibilidade de dados no Portal da Transparência do Município de Cacequi. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.148/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar suposto desvio de finalidade e mau uso de recursos públicos no âmbito da administração do Município de Cacequi. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.210/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar notícia de irregularidade na ampliação de carga horária de servidores em detrimento da convocação de candidatos aprovados em concurso público municipal. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

ADITAMENTO À PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01728.000.020/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Def. do Patr. Público - Vanessa Saldanha de Vargas. OBJETO: Investigar suposta omissão em obra de infraestrutura viária pelo Município de Cacequi e eventual conflito de interesses de agente político municipal decorrente de vínculos com empresa contratada para transporte escolar. INVESTIGADO(S): Agentes públicos e particulares identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01502.001.237/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Christine Mendes Ribeiro Grehs. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. OBJETO: Acompanhar relatos sobre supostas irregularidades na gestão comunitária de bens vinculados à comunidade remanescente de quilombo no Município de Cachoeira do Sul. INVESTIGADO(S): Entidade e particulares identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01502.001.058/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Débora Jaeger Becker. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. OBJETO: Apurar notícia de supostas irregularidades no processo legislativo de votação de projeto de lei na Câmara de Vereadores de Cachoeira do Sul. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Cachoeira do Sul. LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00732.000.638/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria

de Justiça Especializada de Camaquã. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flavia Quiroga Quintas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã. OBJETO: Apurar denúncia de irregularidades na gestão do transporte escolar do Município de Dom Feliciano. INVESTIGADO(S): Município de Dom Feliciano. LOCAL DO FATO: Dom Feliciano.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01638.000.796/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campo Bom. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ivanda Grapiglia Valiati. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na gestão municipal de Campo Bom apontadas em relatório de auditoria de contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Campo Bom. LOCAL DO FATO: Campo Bom.

ADITAMENTO À PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01738.001.006/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Casca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Aline Beatriz Bibiano. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca. OBJETO: Apurar a ocorrência de possível ato de improbidade administrativa por despesa sem finalidade pública para custeio de evento festivo privado de servidores do Município de Santo Antônio do Palma. INVESTIGADO(S): Poder Executivo do Município de Santo Antônio do Palma e Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio do Palma. LOCAL DO FATO: Santo Antônio do Palma.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01738.000.636/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Casca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Aline Beatriz Bibiano. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca. OBJETO: Apurar inconsistências técnicas apontadas em legislação do Município de São Domingos do Sul. INVESTIGADO(S): Poder Executivo do Município de São Domingos do Sul. LOCAL DO FATO: São Domingos do Sul.

ADITAMENTO À PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01738.001.101/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Casca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Aline Beatriz Bibiano. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca. OBJETO: Apurar e adotar providências quanto a possível frustração do caráter competitivo em processo licitatório promovido pelo Município de Casca. INVESTIGADO(S): Sociedades empresárias e agentes públicos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Casca.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00746.001.031/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Casca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Aline Beatriz Bibiano. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca. OBJETO: Apurar eventual restrição administrativa imposta pelo Município de Santo Antônio do Palma ao acesso de gestantes a exames no âmbito do Sistema Único de Saúde. INVESTIGADO(S): Município de Santo Antônio do Palma. LOCAL DO FATO: Santo Antônio do Palma.

ADITAMENTO À PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01742.000.671/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Constantina. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tânia Maria Schneider Cavalini. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Constantina. OBJETO: Averiguar a compatibilidade de carga horária e acúmulo de cargos de servidora pública com vínculo estadual em São José das Missões e vínculo municipal em Liberato Salzano. INVESTIGADO(S): Servidora pública identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Liberato Salzano.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01534.000.203/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Suzane Hellfeldt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: Apurar possível irregularidade na aquisição de insumos asfálticos pelo Município de Fortaleza dos Valos e na efetiva execução do contrato. INVESTIGADO(S): Município de Fortaleza dos Valos. LOCAL DO FATO: Fortaleza dos Valos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01534.000.396/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Suzane Hellfeldt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: Apurar notícia de ociosidade de maquinário público adquirente pelo Município de Fortaleza dos Valos e terceirização concomitante dos serviços de pavimentação. INVESTIGADO(S): Município de Fortaleza dos Valos. LOCAL DO FATO: Fortaleza dos Valos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01748.000.395/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Wilson Luís Grezzana. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. OBJETO: Verificar os motivos da não instalação ou colocação em funcionamento de equipamento hospitalar adquirido pelo Município de Dois Irmãos. INVESTIGADO(S): Município de Dois Irmãos. LOCAL DO FATO: Dois Irmãos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01748.000.149/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Wilson Luís Grezzana. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. OBJETO: Apurar notícia de sucessiva contratação temporária de serviços advocatícios por meio de processos seletivos pelo Município de Santa Maria do Herval. INVESTIGADO(S): Município de Santa Maria do Herval e profissional identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Santa Maria do Herval.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01754.000.958/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Heráclito Mota Barreto Neto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: Apurar suposta cessão e uso de maquinário público municipal por servidores para fins particulares no Município de Relvado. INVESTIGADO(S): Município de Relvado e servidores públicos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Relvado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01756.000.134/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ulysses Fernandes Moraes Luz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. OBJETO: Apurar a regularidade da contratação e substituição de empresas prestadoras de serviços médicos sem licitação pelo Município de Amaral Ferrador. INVESTIGADO(S): Município de Amaral Ferrador e sociedades empresárias identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Amaral Ferrador.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01756.000.001/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça

de Encruzilhada do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ulysses Fernandes Moraes Luz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. OBJETO: Apurar possível lesão ao erário em contratações diretas de locação de imóveis por inexigibilidade de licitação promovidas pelo Município de Amaral Ferrador. INVESTIGADO(S): Município de Amaral Ferrador. LOCAL DO FATO: Amaral Ferrador.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01756.000.070/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ulysses Fernandes Moraes Luz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. OBJETO: Apurar alegada preterição recorrente de concurso público para cargos efetivos no Município de Encruzilhada do Sul por meio de seleções simplificadas e cargos comissionados. INVESTIGADO(S): Município de Encruzilhada do Sul. LOCAL DO FATO: Encruzilhada do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00763.000.174/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Apurar a adequação dos procedimentos administrativos adotados pela Defesa Civil do Município de Erechim quanto aos princípios da motivação, transparência e controle de conflito de interesses. INVESTIGADO(S): Município de Erechim. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01508.000.359/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Apurar eventual irregularidade na nomeação de servidor em cargo efetivo seguida de designação para cargo de Secretário Municipal no Município de Cruzaltense. INVESTIGADO(S): Município de Cruzaltense e agente público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Cruzaltense.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01508.000.330/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Apurar a regularidade do custeio e procedimento administrativo na distribuição gratuita de itens alimentares pelo Município de Paulo Bento em evento público. INVESTIGADO(S): Município de Paulo Bento. LOCAL DO FATO: Paulo Bento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01508.000.387/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Apurar os mecanismos de controle na concessão de benefícios sociais pelo Município de Jacutinga. INVESTIGADO(S): Município de Jacutinga e pessoas físicas identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Jacutinga.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01508.000.424/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Apurar eventual desproporção na composição do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Paulo Bento referente ao uso de cargos em comissão para atribuições permanentes. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Paulo Bento. LOCAL DO FATO: Paulo Bento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01508.000.326/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Apurar a regularidade da nomeação para cargo em comissão na Câmara Municipal de Jacutinga e posterior alteração legislativa dos requisitos de investidura. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Jacutinga e agente público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Jacutinga.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00763.000.439/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Acompanhar o cumprimento de Recomendação expedida ao Município de Aratiba no âmbito da proteção ao patrimônio público. INVESTIGADO(S): Município de Aratiba. LOCAL DO FATO: Aratiba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01508.000.446/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Apurar possível irregularidade nos registros de ponto eletrônico de servidores vinculados ao Centro de Referência de Assistência Social do Município de Paulo Bento. INVESTIGADO(S): Município de Paulo Bento e servidores públicos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Paulo Bento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01606.000.141/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Esteio. OBJETO: Apurar suposto uso de bem público para atividade político-partidária durante evento oficial no Município de Esteio. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Esteio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01606.000.256/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Esteio. OBJETO: Apurar suposta formação de grupo econômico entre empresas com fim de obter benefícios licitatórios indevidos no Município de Esteio. INVESTIGADO(S): Empresas identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Esteio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01606.000.507/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Esteio. OBJETO: Apurar descumprimento da Lei de Acesso à Informação pelo Poder Legislativo do Município de Esteio relativo a pedidos sobre contratações de pessoal. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Esteio. LOCAL DO FATO: Esteio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01606.000.782/2021. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Esteio. OBJETO: Apurar suspeita de ilegalidades e renúncia de receita nos serviços públicos de limpeza urbana e destinação de resíduos sólidos no Município de Esteio. INVESTIGADO(S): Agente político identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Esteio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01606.000.548/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Esteio. OBJETO: Apurar a regularidade de dispensa de chamamento público e parceria firmada entre o Município de Esteio e organização da sociedade civil para evento cultural. INVESTIGADO(S): Município de Esteio e entidade privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Esteio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01608.000.419/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estrela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo Estevam Costa Castro Araújo. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estrela. OBJETO: Apurar eventual irregularidade na aquisição de imóvel no âmbito de programa habitacional governamental no Município de Estrela. INVESTIGADO(S): Particular identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Estrela.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01608.000.353/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estrela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo Estevam Costa Castro Araújo. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estrela. OBJETO: Apurar a regularidade da contratação de escritório de contabilidade por inexigibilidade de licitação pela Câmara de Vereadores de Fazenda Vilanova. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Fazenda Vilanova e empresa identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Fazenda Vilanova.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01608.000.043/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estrela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo Estevam Costa Castro Araújo. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estrela. OBJETO: Apurar regularidade na contratação de prestação de serviços de manutenção de equipamentos pela Empresa Pública de Logística Estrela. INVESTIGADO(S): Empresa Pública de Logística Estrela S/A e fornecedor identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Estrela.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01650.000.505/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno. OBJETO: Investigar suposta irregularidade administrativa na ocupação de cargo de chefia do setor de compras da Prefeitura Municipal de Dona Francisca. INVESTIGADO(S): Município de Dona Francisca. LOCAL DO FATO: Dona Francisca.

ADITAMENTO À PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01766.000.266/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Gaurama. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Francisco Campello Dill. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gaurama. OBJETO: Apurar eventual ocorrência de contratações temporárias irregulares para diversos cargos no Município de Áurea. INVESTIGADO(S): Município de Áurea. LOCAL DO FATO: Áurea.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00778.000.217/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de General Câmara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Flávia Ramos Castro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara. OBJETO: Averiguar as causas da inoperância do sistema de videomonitoramento do Município de General Câmara por falta de manutenção. INVESTIGADO(S): Município de General Câmara. LOCAL DO FATO: General Câmara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01768.000.186/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de General Câmara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Flávia Ramos Castro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara. OBJETO: Apurar denúncia de uso indevido de bem público para fins particulares no Município de General Câmara. INVESTIGADO(S): Particular identificado nos autos. LOCAL DO FATO: General Câmara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01768.000.253/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de General Câmara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Flávia Ramos Castro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara. OBJETO: Apurar a utilização de servidor público para prestação de serviços em propriedade particular. INVESTIGADO(S): Particulares identificados nos autos. LOCAL DO FATO: General Câmara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01768.000.226/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de General Câmara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Flávia Ramos Castro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara. OBJETO: Apurar a razoabilidade e economicidade de despesas efetuadas pela Câmara de Vereadores de General Câmara. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de General Câmara. LOCAL DO FATO: General Câmara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01888.000.259/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. OBJETO: Apurar possível irregularidade no armazenamento e destinação de materiais em empreendimento no Município de São Vicente do Sul. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Vicente do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00780.000.730/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Augusto Follador. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. OBJETO: Perquirir a conformidade da execução das emendas orçamentárias no Município de Sertão. INVESTIGADO(S): Município de Sertão. LOCAL DO FATO: Sertão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00780.000.731/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Augusto Follador. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. OBJETO: Perquirir a conformidade dos processos orçamentários e emendas no Município de Estação. INVESTIGADO(S): Município de Estação. LOCAL DO FATO: Estação.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01772.001.112/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Giruá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ecléia Silvani Deuschle. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá. OBJETO: Apurar denúncia sobre supostas irregularidades em processo seletivo para o cargo de Analista do PROCON no Município de Giruá. INVESTIGADO(S): Município de Giruá. LOCAL DO FATO: Giruá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00782.000.929/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Gramado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Natália Cagliari. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado. OBJETO: Apurar denúncia de recebimento em duplicidade de valores de mensalidade por instituição de ensino privada conveniada no Município de Gramado. INVESTIGADO(S): Entidade privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Gramado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00783.004.361/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar a notícia de possíveis irregularidades na destinação de animais apreendidos por órgão ambiental do Município de Gravataí. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01229.003.870/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na manutenção da segurança física e patrimonial em complexo público de educação especial no Município de Gravataí. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01597.002.901/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar a regularidade da contratação de organização da sociedade civil para gestão de Unidades de Pronto Atendimento no Município de Gravataí. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí e entidade privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01597.002.666/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar a necessidade de instalação de equipamento de controle de velocidade em via pública no Município de Gravataí. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01776.000.485/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guaporé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio da Silva Leiria. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé. OBJETO: Apurar a regularidade de contratações emergenciais de transporte escolar efetuadas pelo Município de Guaporé. INVESTIGADO(S): Município de Guaporé. LOCAL DO FATO: Guaporé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01776.000.654/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guaporé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio da Silva Leiria. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé. OBJETO: Apurar a regularidade do emprego de recursos públicos municipais em intervenção em rodovia estadual. INVESTIGADO(S): Município de Guaporé. LOCAL DO FATO: Guaporé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01776.000.532/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guaporé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio da Silva Leiria. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé. OBJETO: Apurar a regularidade do sistema de encaminhamento de usuários do SUS a laboratórios credenciados pelo Município de Guaporé. INVESTIGADO(S): Município de Guaporé. LOCAL DO FATO: Guaporé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01778.000.340/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ecléia Silvani Deuschle. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. OBJETO: Apurar a tramitação de processos administrativos disciplinares promovidos pelo Município de Guarani das Missões para apuração de infrações funcionais. INVESTIGADO(S): Município de Guarani das Missões. LOCAL DO FATO: Guarani das Missões.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01778.000.136/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ecléia Silvani Deuschle. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. OBJETO: Apurar denúncia sobre a tramitação de processo seletivo público promovido pelo Município de Sete de Setembro. INVESTIGADO(S): Município de Sete de Setembro. LOCAL DO FATO: Sete de Setembro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01778.000.168/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ecléia Silvani Deuschle. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. OBJETO: Apurar denúncia de alterações manuais irregulares em registros de ponto eletrônico na Prefeitura Municipal de Guarani das Missões. INVESTIGADO(S): Município de Guarani das Missões. LOCAL DO FATO: Guarani das Missões.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01778.000.207/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ecléia Silvani Deuschle. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. OBJETO: Acompanhar adequações administrativas a serem realizadas pelo Município de Sete de Setembro decorrentes de apontamentos do Tribunal de Contas do Estado. INVESTIGADO(S): Município de Sete de Setembro. LOCAL DO FATO: Sete de Setembro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00791.000.592/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Horizontina. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gabriel

Colvara. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina. OBJETO: Acompanhar termo de permissão de uso de bem público imóvel concedido a empresa privada pelo Município de Horizontina. INVESTIGADO(S): Município de Horizontina e empresa identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Horizontina.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01782.000.009/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ibirubá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Arthur Rodrigues Moreno. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá. OBJETO: Apurar a prestação de serviço voluntário no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Quinze de Novembro. INVESTIGADO(S): Município de Quinze de Novembro. LOCAL DO FATO: Quinze de Novembro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01782.000.348/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ibirubá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Arthur Rodrigues Moreno. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá. OBJETO: Apurar denúncia referente ao funcionamento de estabelecimento privado de educação infantil sem as devidas licenças e condições de acessibilidade e segurança no Município de Ibirubá. INVESTIGADO(S): Entidade privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Ibirubá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01782.000.392/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ibirubá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Arthur Rodrigues Moreno. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá. OBJETO: Apurar suposta irregularidade administrativa em obras públicas no Município de Ibirubá. INVESTIGADO(S): Município de Ibirubá. LOCAL DO FATO: Ibirubá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00800.000.103/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: Avaliar os mecanismos de transparência e rastreabilidade na execução de emendas parlamentares nos Municípios de Júlio de Castilhos e Pinhal Grande. INVESTIGADO(S): Município de Júlio de Castilhos e Município de Pinhal Grande. LOCAL DO FATO: Júlio de Castilhos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01700.000.378/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: Apurar suposta contratação temporária para função de psicologia durante a vigência de concurso público no Município de Júlio de Castilhos. INVESTIGADO(S): Município de Júlio de Castilhos. LOCAL DO FATO: Júlio de Castilhos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01700.000.373/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: Apurar suposta contratação temporária para a função de assistente social havendo candidatos aprovados em concurso público no Município de Júlio de Castilhos. INVESTIGADO(S): Município de Júlio de Castilhos. LOCAL DO FATO: Júlio de Castilhos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01518.000.530/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carlos Augusto Fiorioli. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. OBJETO: Apurar denúncia de possível intervenção indevida em sítio de relevância arqueológica no Município de Lajeado. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Lajeado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01790.000.116/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Francisco Campello Dill. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos. OBJETO: Apurar denúncia sobre lesão ao erário no fornecimento de medicamentos pelo Município de Marcelino Ramos. INVESTIGADO(S): Agente político municipal identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Marcelino Ramos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01790.000.117/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Francisco Campello Dill. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos. OBJETO: Apurar suposta concessão irregular de isenções tributárias na aquisição de imóveis pelo Município de Marcelino Ramos. INVESTIGADO(S): Agente político municipal identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Marcelino Ramos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01610.000.859/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Apurar a conformidade constitucional de legislação do Município de Montenegro. INVESTIGADO(S): Município de Montenegro. LOCAL DO FATO: Montenegro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01610.000.686/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Apurar notícia de irregularidade decorrente da nomeação e manutenção de servidor em cargo em comissão junto a administração municipal de Montenegro. INVESTIGADO(S): Município de Montenegro. LOCAL DO FATO: Montenegro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01610.000.783/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Apurar irregularidades no Portal da Tranparência da Câmara de vereadores de Pareci Novo. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Pareci Novo. LOCAL DO FATO: Pareci Novo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01610.000.780/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Apurar a regularidade jurídica de decreto expedido pelo Município de Pareci Novo. INVESTIGADO(S): Município de Pareci Novo. LOCAL DO FATO: Pareci Novo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01610.001.535/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Apurar a regularidade das contratações temporárias voltadas à execução de programa social municipal em Montenegro. INVESTIGADO(S): Município de Montenegro. LOCAL DO FATO: Montenegro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01794.000.099/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Mostardas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Soares Magagnin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas. OBJETO: Apurar o dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem nas unidades de saúde do Município de Tavares e a convocação de aprovados em concurso público. INVESTIGADO(S): Município de Tavares. LOCAL DO FATO: Tavares.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00809.000.120/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Mostardas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Soares Magagnin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas. OBJETO: Apurar possível prática de nepotismo em nomeações para a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Tavares. INVESTIGADO(S): Município de Tavares. LOCAL DO FATO: Tavares.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01794.000.243/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Mostardas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Soares Magagnin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas. OBJETO: Apurar suposta terceirização irregular de serviços multiprofissionais de saúde pelo Município de Mostardas na vigência de concurso público. INVESTIGADO(S): Município de Mostardas. LOCAL DO FATO: Mostardas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01800.000.122/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Petrópolis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cíntia Foster de Almeida. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Petrópolis. OBJETO: Acompanhar a tramitação de processo administrativo disciplinar instaurado pelo Município de Nova Petrópolis. INVESTIGADO(S): Município de Nova Petrópolis. LOCAL DO FATO: Nova Petrópolis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01684.000.571/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Manuela Paradeda Montanari. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto. OBJETO: Apurar apontamentos constantes em relatório de auditoria de contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao Município de Lajeado do Bugre. INVESTIGADO(S): Município de Lajeado do Bugre. LOCAL DO FATO: Lajeado do Bugre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01686.000.465/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Apurar eventual prestatação de concurso público mediante contratação temporária de pessoal pelo Município de Condor. INVESTIGADO(S): Município de Condor. LOCAL DO FATO: Condor.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01686.000.230/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Apurar possível preterição de aprovados em concurso público em razão de contratações temporárias no Município de Panambi. INVESTIGADO(S): Município de Panambi. LOCAL DO FATO: Panambi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00819.001.069/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Apurar notícia de cobrança indevida de taxas em serviços de saúde conveniados aos municípios de Panambi e Condor. INVESTIGADO(S): Entidades hospitalares identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Panambi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01686.000.225/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Apurar uso indevido de veículo do transporte escolar para finalidade alheia ao interesse público no Município de Condor. INVESTIGADO(S): Município de Condor. LOCAL DO FATO: Condor.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00819.000.724/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Apurar a aplicação de legislação municipal relativa à instalação de estações rádio-base no Município de Panambi. INVESTIGADO(S): Município de Panambi. LOCAL DO FATO: Panambi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01686.000.614/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Apurar indícios de irregularidades licitatórias e contratuais envolvendo sociedades empresárias no Município de Condor. INVESTIGADO(S): Município de Condor e pessoas jurídicas identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Condor.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01686.000.313/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Acompanhar a implementação das disposições da Lei Anticorrupção na esfera municipal. INVESTIGADO(S): Município de Panambi. LOCAL DO FATO: Panambi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01216.000.883/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiano Ledur. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades no concurso público realizado para provimento de cargos no Município de Mato Castelhano. INVESTIGADO(S): Município de Mato Castelhano e banca organizadora identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Mato Castelhano.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00824.006.075/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria

de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: Apurar a destinação e regularidade no emprego de emendas parlamentares impositivas para evento cultural no Município de Pelotas. INVESTIGADO(S): Município de Pelotas. LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01520.002.370/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: Apurar possível uso irregular de imóvel público concedido a agremiação esportiva no Município de Pelotas. INVESTIGADO(S): Entidade privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01520.000.786/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos decorrentes de emendas parlamentares repassados a entidades privadas no Município de Pelotas. INVESTIGADO(S): Entidades privadas identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01623.000.492/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Voltaire de Freitas Michel. CLASSIFICAÇÃO: 6º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Avaliar a gestão de pessoal e o provimento de vagas no magistério público estadual quanto à necessidade de concurso público e contratações temporárias. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00829.000.904/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Voltaire de Freitas Michel. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Acompanhar a atuação de entidade privada sem fins lucrativos no Estado do Rio Grande do Sul. INVESTIGADO(S): Entidade privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01623.000.484/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Felipe Hochscheit Kreutz. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Apurar a responsabilidade de sociedades empresárias consorciadas por supostas irregularidades na execução técnica e financeira de contrato de obra pública no Município de Porto Alegre. INVESTIGADO(S): Sociedades empresárias identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00019.000.179/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Voltaire de Freitas Michel. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Apurar notícia de irregularidades em processo de Parceria Público-Privada para obras e manutenção na rede escolar estadual. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01514.000.630/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laura Regina Sedrez Porto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. OBJETO: Apurar possível uso indevido de bem público no Município de Rio Grande. INVESTIGADO(S): Município de Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01514.000.719/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laura Regina Sedrez Porto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. OBJETO: Apurar suposta irregularidade na conduta funcional de servidor público no Município de Rio Grande. INVESTIGADO(S): Servidor público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01514.001.470/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laura Regina Sedrez Porto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. OBJETO: Apurar a regularidade da utilização e fiscalização de imóvel público municipal objeto de permissão de uso no Município de Rio Grande. INVESTIGADO(S): Município de Rio Grande e associação privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01514.000.937/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laura Regina Sedrez Porto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. OBJETO: Apurar possível irregularidade na celebração e execução de contrato administrativo prestado por sociedade empresária ao Município de Rio Grande. INVESTIGADO(S): Município de Rio Grande e empresa identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01514.000.911/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laura Regina Sedrez Porto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. OBJETO: Apurar suposto pagamento indevido de diárias a agentes políticos da Câmara Municipal de Rio Grande. INVESTIGADO(S): Agentes políticos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00852.005.367/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laura Regina Sedrez Porto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. OBJETO: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa em editais culturais e na destinação de equipamento público cultural no Município de Rio Grande. INVESTIGADO(S): Agente público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

ADITAMENTO À PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01514.001.064/2024. PROMOTORIA DE

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laura Regina Sedrez Porto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. OBJETO: Apurar a regularidade de dispensa de licitação e contrato de locação de imóvel pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Grande. INVESTIGADO(S): Município de Rio Grande, agentes públicos e particulares identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01866.000.157/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leandro Tatsch Bonatto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. OBJETO: Apurar as circunstâncias do descarte e eventual destinação privada de bens inservíveis pertencentes ao Município de Santa Bárbara do Sul sem procedimento formal. INVESTIGADO(S): Agentes públicos e particulares identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Santa Bárbara do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00860.000.434/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leandro Tatsch Bonatto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. OBJETO: Acompanhar a estruturação e execução da política pública municipal de proteção e bem-estar animal no Município de Santa Bárbara do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Santa Bárbara do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Bárbara do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01866.000.165/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leandro Tatsch Bonatto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. OBJETO: Apurar possível irregularidade funcional e pagamento indevido decorrente do afastamento informal de servidor do Município de Saldanha Marinho. INVESTIGADO(S): Município de Saldanha Marinho e servidor público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Saldanha Marinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01530.000.417/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Apurar a conduta administrativa do Município de Santa Cruz do Sul referente ao aproveitamento de candidatas gestantes aprovadas em seleções públicas para funções com riscos ocupacionais. INVESTIGADO(S): Município de Santa Cruz do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00861.000.973/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Investigar a viabilidade socioambiental e urbanística do projeto de implantação de via pública no Município de Santa Cruz do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Santa Cruz do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01530.001.183/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Apurar eventual irregularidade ou desvio de finalidade na aquisição de imóveis urbanos com recursos do FUNDEB pelo Município de Santa Cruz do Sul. INVESTIGADO(S): Agentes públicos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01229.003.341/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar o ressarcimento ao erário de valores pagos a servidor do Município de Santa Cruz do Sul em desacordo com o teto constitucional. INVESTIGADO(S): Servidor público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00861.002.470/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Investigar a necessidade de regulamentação local da Lei Anticorrupção no âmbito do Município de Herveiras. INVESTIGADO(S): Município de Herveiras. LOCAL DO FATO: Herveiras.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01530.001.252/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Apurar a apresentação de atestados médicos supostamente irregulares por servidora pública do Município de Santa Cruz do Sul para justificativa de faltas. INVESTIGADO(S): Servidora pública identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00861.002.464/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Apurar a execução e fiscalização de programas sociais executados por empresa privada contratada pelo Município de Santa Cruz do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Santa Cruz do Sul e empresa identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00865.003.995/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Davi Lopes Rodrigues Júnior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto. OBJETO: Apurar a legalidade de pagamentos de horas extraordinárias a servidores públicos do Município de Itaara. INVESTIGADO(S): Município de Itaara e servidores públicos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Itaara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01868.000.313/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dax Barreto Bogo. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: Apurar denúncia sobre convocação de candidatos após o vencimento do prazo de validade de concurso público do Município do Chuí. INVESTIGADO(S): Município do Chuí. LOCAL DO FATO: Chuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01868.000.495/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dax Barreto Bogo. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: Apurar denúncia referente à cobrança administrativa de honorários advocatícios pela Procuradoria do Município do Chuí sem previsão em título judicial. INVESTIGADO(S): Município do Chuí. LOCAL DO FATO: Chuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01868.000.837/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dax Barreto Bogo. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: Apurar comunicação encaminhada por conselho profissional de fiscalização sobre condições de serviços de saúde no Município de Santa Vitória do Palmar. INVESTIGADO(S): Município de Santa Vitória do Palmar. LOCAL DO FATO: Santa Vitória do Palmar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01868.000.574/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dax Barreto Bogo. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: Apurar notícia de vigência de normas municipais sem a devida sanção e promulgação formal no Município do Chuí. INVESTIGADO(S): Município do Chuí. LOCAL DO FATO: Chuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01706.000.628/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Denise de Freitas. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. OBJETO: Apurar o suposto uso de equipamentos e estrutura da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha para manifestação política pessoal por agente político. INVESTIGADO(S): Agente político identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Santo Antônio da Patrulha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01581.000.151/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Cristo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruna Ribeiro Pedroso da Luz Hirata. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Santo Cristo - Bruna Ribeiro Pedroso da Luz Hirata. OBJETO: Apurar supostas transações de bens minerais em troca do uso de maquinário público sem registro formal no Município de Alecrim. INVESTIGADO(S): Município de Alecrim e particular identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Alecrim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01581.000.173/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Cristo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruna Ribeiro Pedroso da Luz Hirata. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Santo Cristo - Bruna Ribeiro Pedroso da Luz Hirata. OBJETO: Apurar a regularidade da contratação de empresa de transporte de passageiros pelo Município de Alecrim e anulação de certame licitatório. INVESTIGADO(S): Município de Alecrim e empresa identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Alecrim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01581.000.077/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Cristo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruna Ribeiro Pedroso da Luz Hirata. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Santo Cristo - Bruna Ribeiro Pedroso da Luz Hirata. OBJETO: Apurar a regularidade dos descontos efetuados nos proventos de servidores inativos e repassados a entidade sindical pelo Município de Alecrim. INVESTIGADO(S): Município de Alecrim e entidade sindical identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Alecrim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01870.000.679/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jessé Padilha de Goes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de São Francisco de Assis - Jessé Padilha de Goes. OBJETO: Apurar a legalidade da contratação de empresa por inexigibilidade de licitação promovida pelo Município de São Francisco de Assis. INVESTIGADO(S): Município de São Francisco de Assis e fornecedor identificado nos autos. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01870.000.152/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jessé Padilha de Goes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de São Francisco de Assis - Jessé Padilha de Goes. OBJETO: Apurar eventual preterição de candidato aprovado em processo seletivo simplificado promovido pelo Município de São Francisco de Assis. INVESTIGADO(S): Município de São Francisco de Assis. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01870.000.113/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jessé Padilha de Goes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de São Francisco de Assis - Jessé Padilha de Goes. OBJETO: Apurar a observância do caráter educativo e informativo na publicidade oficial veiculada pelo Município de Manoel Viana em evento público. INVESTIGADO(S): Município de Manoel Viana e agentes públicos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Manoel Viana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01870.000.240/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jessé Padilha de Goes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de São Francisco de Assis - Jessé Padilha de Goes. OBJETO: Apurar a compatibilidade de leituras religiosas na abertura das sessões da Câmara Municipal de São Francisco de Assis com o princípio constitucional da laicidade estatal. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01870.000.536/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jessé Padilha de Goes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de São Francisco de Assis - Jessé Padilha de Goes. OBJETO: Apurar possível desvio de função de servidor ocupante de cargo comissionado de chefia na Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis. INVESTIGADO(S): Servidor público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01870.000.333/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jessé Padilha de Goes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de

Exceção - Pj da Promotoria de São Francisco de Assis - Jessé Padilha de Goes. OBJETO: Apurar a existência de uso irregular/excessivo de diárias por vereador e ex-assessor da Câmara Municipal de Manoel Viana, e adotar providências. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Manoel Viana. LOCAL DO FATO: Manoel Viana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01870.000.418/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jessé Padilha de Goes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de São Francisco de Assis - Jessé Padilha de Goes. OBJETO: Apurar a legalidade das contratações temporárias promovidas pelo Município de Manoel Viana em cotejo com a existência de aprovados em concurso público. INVESTIGADO(S): Município de Manoel Viana. LOCAL DO FATO: Manoel Viana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01872.000.604/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: Apurar suposta utilização e descarte irregular de resíduo de pavimentação em via pública por agente político no Município de São Francisco de Paula. INVESTIGADO(S): Agentes políticos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01872.000.211/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na contratação e remuneração de particular pelo Município de Cambará do Sul para atuação em projeto esportivo social. INVESTIGADO(S): Município de Cambará do Sul e particular identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Cambará do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01872.000.310/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto. OBJETO: Apurar providências do Município de São Francisco de Paula referentes à ocupação irregular de área pública municipal. INVESTIGADO(S): Município de São Francisco de Paula. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01872.000.135/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: Apurar situação de risco à segurança viária decorrente da existência de acesso em rodovia no Município de São Francisco de Paula. INVESTIGADO(S): Órgãos públicos competentes. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01583.000.577/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Apurar supostas irregularidades em processo eleitoral interno e na contratação de familiar de dirigente em entidade de assistência social no Município de São José do Norte. INVESTIGADO(S): Entidade privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01583.000.388/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Apurar a regularidade do processo de seleção e contratação de recepcionistas pela Câmara Municipal de São José do Norte. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de São José do Norte. LOCAL DO FATO: São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01583.000.615/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Apurar a regularidade de contratações temporárias para operação de embarcação oficial de saúde pelo Município de São José do Norte. INVESTIGADO(S): Município de São José do Norte. LOCAL DO FATO: São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01876.000.101/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiana Müller Chatkin. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: Apurar apontamentos formulados em relatório de auditoria de contas do Tribunal de Contas do Estado referentes à Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. INVESTIGADO(S): Município de São Lourenço do Sul. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01876.000.349/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiana Müller Chatkin. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: Apurar notícias de irregularidades na execução do Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2026 do Município de São Lourenço do Sul. INVESTIGADO(S): Município de São Lourenço do Sul. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00832.000.183/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiana Müller Chatkin. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: Apurar a regularidade da execução de serviços de saúde geridos por organização social no Município de São Lourenço do Sul. INVESTIGADO(S): Entidade privada identificada nos autos e Município de São Lourenço do Sul. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01616.000.469/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar as condições de infraestrutura, trafegabilidade e manutenção de via pública urbana no Município de São Luiz Gonzaga. INVESTIGADO(S): Município de São Luiz Gonzaga. LOCAL DO FATO: São Luiz Gonzaga.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01616.000.289/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar a regularização do provimento de cargos efetivos de saúde no Município de Caibaté e a transitoriedade das contratações temporárias mantidas. INVESTIGADO(S): Município de Caibaté. LOCAL DO FATO: Caibaté.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01616.000.588/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar a regularidade de contratações temporárias para funções permanentes promovidas pelo Município de São Nicolau. INVESTIGADO(S): Município de São Nicolau. LOCAL DO FATO: São Nicolau.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.509/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar as condições de segurança do trabalho e fornecimento de equipamentos de proteção a servidores públicos pelo Município de São Pedro do Sul. INVESTIGADO(S): Município de São Pedro do Sul. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.547/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar possível irregularidade na utilização de bens públicos no Município de Dilermando de Aguiar. INVESTIGADO(S): Município de Dilermando de Aguiar. LOCAL DO FATO: Dilermando de Aguiar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.013/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar a observância dos princípios constitucionais do uso dos perfis institucionais em redes sociais do Município de São Pedro do Sul. INVESTIGADO(S): Município de São Pedro do Sul. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.510/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar a constitucionalidade de legislação municipal do Município de Toropi sobre equiparação remuneratória de cargos e seus impactos orçamentários. INVESTIGADO(S): Município de Toropi. LOCAL DO FATO: Toropi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.480/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar eventual morosidade ou irregularidade na execução de obra pública de lazer no Município de São Pedro do Sul. INVESTIGADO(S): Município de São Pedro do Sul. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.474/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar suposto conflito de interesses e incompatibilidade de horários no exercício cumulativo de mandato eletivo de vereador e cargo público municipal em São Pedro do Sul. INVESTIGADO(S): Agente público e político identificado nos autos. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.427/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar a contratação temporária para o cargo de técnico de enfermagem pelo Município de Toropi na vigência de concurso público. INVESTIGADO(S): Município de Toropi. LOCAL DO FATO: Toropi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.361/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar a realização de seleção simplificada para cargo público com cadastro de reserva válido no Município de Toropi. INVESTIGADO(S): Município de Toropi. LOCAL DO FATO: Toropi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.469/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Averiguar a legalidade de atos administrativos praticados pelo Poder Executivo Municipal de São Pedro do Sul. INVESTIGADO(S): Município de São Pedro do Sul. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.292/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eduardo da Silva Fagundes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de São Pedro do Sul - Eduardo da Silva Fagundes. OBJETO: Averiguar possível desvio de finalidade na utilização de espaço físico ampliado de unidade de saúde no Município de Dilermando de Aguiar. INVESTIGADO(S): Município de Dilermando de Aguiar. LOCAL DO FATO: Dilermando de Aguiar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01522.001.166/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eduardo da Silva Fagundes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de São Pedro do Sul - Eduardo da Silva Fagundes. OBJETO: Averiguar notícia referente ao exercício de atividade privada por servidora pública municipal durante gozo de licença no Município de São Pedro do Sul. INVESTIGADO(S): Servidora pública identificada nos autos. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.487/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar a gestão e transparência na regulação da fila de espera do serviço público de fisioterapia no Município de São Pedro do Sul. INVESTIGADO(S): Município de São Pedro do Sul. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01884.000.451/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sepé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sepé. OBJETO: Apurar denúncia de assiduidade e abandono do exercício do cargo por servidora pública no Município de Formigueiro. INVESTIGADO(S): Servidora pública identificada nos autos e Município de Formigueiro. LOCAL DO FATO: Formigueiro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01884.000.039/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sepé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sepé. OBJETO: Apurar a regularidade da concessão e pagamento de gratificações a servidores na Prefeitura Municipal de São Sepé. INVESTIGADO(S): Município de São Sepé. LOCAL DO FATO: São Sepé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01884.000.012/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sepé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sepé. OBJETO: Apurar notícia de faltas injustificadas ao serviço por servidora pública do Município de Formigueiro. INVESTIGADO(S): Servidora pública identificada nos autos e Município de Formigueiro. LOCAL DO FATO: Formigueiro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01886.000.329/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades apontadas em relatório de contas anuais do Município de Entre Rios do Sul pelo Tribunal de Contas do Estado. INVESTIGADO(S): Município de Entre Rios do Sul. LOCAL DO FATO: Entre Rios do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01886.000.415/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Adotar providências decorrentes dos apontamentos constantes do relatório de contas anuais do Município de Faxinalzinho pelo Tribunal de Contas do Estado. INVESTIGADO(S): Município de Faxinalzinho. LOCAL DO FATO: Faxinalzinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01886.000.427/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Adotar providências decorrentes do relatório de auditoria de contas do Município de Erval Grande do Tribunal de Contas do Estado. INVESTIGADO(S): Município de Erval Grande. LOCAL DO FATO: Erval Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01886.000.334/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Adotar providências decorrentes do relatório de auditoria de contas do Município de Benjamin Constant do Sul pelo Tribunal de Contas do Estado. INVESTIGADO(S): Município de Benjamin Constant do Sul. LOCAL DO FATO: Benjamin Constant do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01886.000.568/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Adotar providências decorrentes das conclusões do relatório de auditoria de contas do Município de São Valentim pelo Tribunal de Contas do Estado. INVESTIGADO(S): Município de São Valentim. LOCAL DO FATO: São Valentim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01890.000.275/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sarandi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nicoli Almeida Manfrin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sarandi. OBJETO: Apurar eventual desproporcionalidade na criação e provimento de cargos em comissão em relação aos cargos efetivos na Câmara Municipal de Sarandi. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Sarandi. LOCAL DO FATO: Sarandi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01229.003.219/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sarandi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nicoli Almeida Manfrin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sarandi. OBJETO: Apurar a regularidade no pagamento e efetiva prestação de serviço extraordinário a servidora pelo Município de Sarandi. INVESTIGADO(S): Município de Sarandi e servidora pública identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Sarandi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01894.000.351/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Isabella Figueredo Vieira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Apurar a disponibilização de serviços de psicologia e serviço social na rede municipal de ensino do Município de Passa Sete e a tramitação do respectivo processo seletivo. INVESTIGADO(S): Município de Passa Sete e agente público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Passa Sete.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01894.000.392/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Isabella Figueredo Vieira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Apurar a regularidade de contratações de pessoal por recibo de pagamento a autônomo, credenciamento e dispensas de licitação pelo Município de Lagoão. INVESTIGADO(S): Município de Lagoão e agente público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Lagoão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01898.000.073/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapera. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marisaura Inês Raber Fior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera. OBJETO: Apurar denúncia sobre suposto favorecimento a candidatos em processo seletivo público promovido pelo Município de Tapera. INVESTIGADO(S): Município de Tapera. LOCAL DO FATO: Tapera.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01898.000.114/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapera. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marisaura Inês Raber Fior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera. OBJETO: Apurar denúncia de irregularidades na contratação de agente de combate às endemias no Município de Selbach. INVESTIGADO(S): Município de Selbach. LOCAL DO FATO: Selbach.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01898.000.004/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapera. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marisaura Inês Raber Fior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera. OBJETO: Apurar denúncia sobre realização de processo seletivo em preterição a candidatos aprovados em concurso público no Município de Selbach. INVESTIGADO(S): Município de Selbach. LOCAL DO FATO: Selbach.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01904.000.199/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Carolina de França Barbosa Camara Zaconi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: Apurar a infraestrutura de acesso a imóvel na zona rural do Município de Tenente Portela. INVESTIGADO(S): Município de Tenente Portela e particular identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Tenente Portela.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01904.000.309/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Carolina de França Barbosa Camara Zaconi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: Acompanhar a continuidade da cobertura do serviço de atenção básica de saúde por agente comunitário no Município de Tenente Portela. INVESTIGADO(S): Município de Tenente Portela. LOCAL DO FATO: Tenente Portela.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00914.001.436/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Araujo Simões. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Apurar as conclusões e elementos indicados em relatório final de comissão parlamentar de inquérito da Câmara Municipal de Torres referente a permissões de uso de quiosques. INVESTIGADO(S): Município de Torres. LOCAL DO FATO: Torres.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01593.001.236/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Apurar denúncia de atuação irresponsável e sob efeito de substâncias por motorista do transporte oficial do Município de Imbé. INVESTIGADO(S): Município de Imbé e servidor público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Imbé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01593.001.235/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Apurar denúncia sobre o uso indevido de veículo oficial e irregularidades na concessão de diárias de viagem no Município de Imbé. INVESTIGADO(S): Município de Imbé e servidores públicos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Imbé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01912.000.343/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Passos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Carolina de França Barbosa Camara Zaconi. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos. OBJETO: Apurar eventual dano ao erário por pagamento de multas fiscais decorrentes de atraso na entrega de obrigações pelo Município de Tiradentes do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Tiradentes do Sul. LOCAL DO FATO: Tiradentes do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01912.000.632/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Passos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Carolina de França Barbosa Camara Zaconi. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na gestão escolar e no fornecimento de merenda em instituição de ensino no Município de Três Passos. INVESTIGADO(S): Município de Três Passos. LOCAL DO FATO: Três Passos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01912.000.656/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Passos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Carolina de França Barbosa Camara Zaconi. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos. OBJETO: Apurar suposto desvio de função de servidora e atribuição de aulas a profissional não habilitada no Município de Tiradentes do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Tiradentes do Sul. LOCAL DO FATO: Tiradentes do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01912.000.710/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Passos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Carolina de França Barbosa Camara Zaconi. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos. OBJETO: Apurar denúncia referente a veículo integrante da frota da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Progresso objeto de dispensa de licitação. INVESTIGADO(S): Município de Bom Progresso. LOCAL DO FATO: Bom Progresso.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01544.000.162/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Triunfo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Loren Tazioli Engelbrecht Zantut. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo. OBJETO: Averiguar a regularidade da convocação e nomeação de aprovados em concurso público para o cargo de professor pelo Município de Triunfo. INVESTIGADO(S): Município de Triunfo. LOCAL DO FATO: Triunfo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01914.000.282/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça

de Tucunduva. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Adriano de Almeida Arbo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tucunduva. OBJETO: Apurar a regularidade da disponibilização de bens, pessoal e recursos públicos pelo Município de Tucunduva a entidade privada de proteção animal. INVESTIGADO(S): Município de Tucunduva e entidade privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Tucunduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01595.000.174/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Vera Cruz. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Fernanda Cassol Moreira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz. OBJETO: Apurar a regularidade da cessão de uso de espaço público municipal da Secretaria de Educação a empresa privada no Município de Vale do Sol. INVESTIGADO(S): Município de Vale do Sol e empresa identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Vale do Sol.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00929.000.444/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Veranópolis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucio Flavo Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis. OBJETO: Apurar suposta utilização indevida da função pública por servidora pública municipal em benefício particular no Município de Veranópolis. INVESTIGADO(S): Servidora pública identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Veranópolis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00931.003.938/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Pinto e Silva. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar a contratação de profissionais por meio de organização da sociedade civil em detrimento da nomeação de aprovados em concurso público pelo Município de Viamão. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00931.007.997/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Pinto e Silva. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar suposta sonegação fiscal atribuída a ex-gestor municipal do Município de Viamão. INVESTIGADO(S): Agente político municipal identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00931.004.688/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Pinto e Silva. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar suposta atuação de pessoa em ambiente e atribuições da Câmara Municipal de Viamão após ato de exoneração. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01654.000.733/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Evandro Lobato Kaltbach. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: Apurar suposta promoção pessoal em programa social municipal e uso particular de veículo oficial por servidora no Município de Igrejinha. INVESTIGADO(S): Município de Igrejinha e servidora pública identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Igrejinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01654.000.673/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Evandro Lobato Kaltbach. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: Apurar denúncia sobre descumprimento sistemático de lei municipal reguladora de honraria no Município de Igrejinha. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Igrejinha. LOCAL DO FATO: Igrejinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01602.000.405/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bill Jerônimo Scherer. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar a regularidade administrativa e as condições de segurança contra incêndio em estabelecimento comercial no Município de Alvorada. INVESTIGADO(S): Estabelecimento comercial e particular identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01602.000.411/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bill Jerônimo Scherer. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar a regularidade do pagamento de verbas remuneratórias por serviço extraordinário e adicional noturno a ocupantes de funções gratificadas no Município de Alvorada. INVESTIGADO(S): Município de Alvorada. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01714.000.408/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Fava Santos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre. OBJETO: Apurar a regularidade dos procedimentos adotados por banca examinadora no concurso público promovido pelo Município de Arroio do Tigre. INVESTIGADO(S): Município de Arroio do Tigre e banca organizadora identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Arroio do Tigre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01726.000.630/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Butiá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Cassiano Ferreira da Silva. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá. OBJETO: Apurar possível dano ao erário decorrente do pagamento de diárias a agentes públicos para participação em curso externo pelo Município de Butiá. INVESTIGADO(S): Município de Butiá. LOCAL DO FATO: Butiá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01744.000.181/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaquiline Liz Staub. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar a permanência e remuneração de servidora após condenação judicial transitada em julgado e a regularidade de concessão de aposentadoria no Município de Coronel Bicaco. INVESTIGADO(S): Município de Coronel Bicaco e agentes públicos identificados nos autos. LOCAL DO FATO: Coronel Bicaco.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01744.000.114/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaquiline Liz Staub. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de

Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar a motivação e pertinência no custeio de diárias e despesas de viagem a agente político pela Câmara Municipal de Coronel Bicaco. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Bicaco e agente político identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Coronel Bicaco.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01744.000.233/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaquiline Liz Staub. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar a regularidade em contratação temporária no Município de Redentora quanto aos requisitos legais de investidura. INVESTIGADO(S): Município de Redentora e particular identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Redentora.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01744.000.290/2023. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaquiline Liz Staub. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar os desdobramentos e providências referentes aos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado na gestão de resíduos e controle interno do Município de Redentora. INVESTIGADO(S): Município de Redentora. LOCAL DO FATO: Redentora.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01744.000.289/2023. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaquiline Liz Staub. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar eventual ressarcimento ao erário decorrente de julgamento de contas de gestão pelo Tribunal de Contas do Estado relativas ao Município de Redentora. INVESTIGADO(S): Município de Redentora. LOCAL DO FATO: Redentora.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01744.000.221/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaquiline Liz Staub. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar a pertinência funcional no pagamento de diárias a servidor da Câmara Municipal de Redentora. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Redentora e servidor público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Redentora.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01744.000.294/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaquiline Liz Staub. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar falhas no controle de frequência de servidores públicos do Município de Coronel Bicaco. INVESTIGADO(S): Município de Coronel Bicaco e servidora pública identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Coronel Bicaco.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01744.000.119/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaquiline Liz Staub. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar a regularidade na concessão de incentivos econômicos e serviços de horas-máquina a produtores rurais pelo Município de Coronel Bicaco. INVESTIGADO(S): Município de Coronel Bicaco. LOCAL DO FATO: Coronel Bicaco.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01744.000.122/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaquiline Liz Staub. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar a regularidade em contratações de serviços de comunicação institucional e transmissão digital pela Câmara Municipal de Coronel Bicaco. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Bicaco. LOCAL DO FATO: Coronel Bicaco.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01816.000.678/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Portão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rafael Graboski dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Portão. OBJETO: Apurar denúncia de suposta promoção pessoal de agentes públicos em canais institucionais do Município de Portão. INVESTIGADO(S): Município de Portão. LOCAL DO FATO: Portão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01816.000.010/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Portão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rafael Graboski dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Portão. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades em chamamento público promovido pelo Município de Portão para credenciamento de instituições de educação infantil. INVESTIGADO(S): Município de Portão e entidade privada identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Portão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01826.000.495/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jéssica Cordeiro da Rocha. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito. OBJETO: Apurar suposta ausência de informações obrigatórias no Portal da Transparência do Município de Ametista do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Ametista do Sul. LOCAL DO FATO: Ametista do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01860.000.168/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ronda Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudia Maria Cezar Massing. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ronda Alta. OBJETO: Apurar a necessidade de provimento de cargos multiprofissionais de saúde e educação no Município de Ronda Alta. INVESTIGADO(S): Município de Ronda Alta. LOCAL DO FATO: Ronda Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02378.000.370/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bianca D'Alessandro Kosciuk. CLASSIFICAÇÃO: 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Apurar desdobramentos decorrentes de decisão do Tribunal de Contas do Estado relativa ao Poder Legislativo de Capão da Canoa. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Capão da Canoa. LOCAL DO FATO: Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01644.000.720/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Charqueadas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pedro Henrique Lacerda Paoliello. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas. OBJETO: Apurar denúncias de suposto nepotismo e descumprimento de jornada por servidor lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Charqueadas. INVESTIGADO(S): Município de Charqueadas e servidor público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Charqueadas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01644.000.778/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Charqueadas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pedro Henrique Lacerda Paoliello. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas. OBJETO: Apurar denúncia referente a irregularidades no registro de ponto eletrônico por servidor público municipal. INVESTIGADO(S): Município de Charqueadas e servidor público identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Charqueadas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01862.000.646/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo da Silva Cirne. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Salto do Jacuí - Paulo da Silva Cirne. OBJETO: Apurar notícia de acúmulo ilícito de cargos com incompatibilidade de horários por agente política no Município de Jacuizinho. INVESTIGADO(S): Agente política identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Jacuizinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01862.000.500/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo da Silva Cirne. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Salto do Jacuí - Paulo da Silva Cirne. OBJETO: Apurar as circunstâncias de contratações emergenciais sucessivas no Município de Jacuizinho em detrimento de realização de concurso público. INVESTIGADO(S): Município de Jacuizinho. LOCAL DO FATO: Jacuizinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01229.000.076/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anita Spies da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. OBJETO: Investigar as causas de paralisação na prestação do serviço público de coleta de lixo e as medidas adotadas pelo Município de Cachoeirinha. INVESTIGADO(S): Município de Cachoeirinha e empresa concessionária identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01504.000.808/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Bisogno Paz. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. OBJETO: Investigar a regularidade de dispensa de licitação para contratação emergencial de profissionais de saúde no Município de Cachoeirinha. INVESTIGADO(S): Município de Cachoeirinha. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01504.000.663/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Bisogno Paz. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. OBJETO: Investigar a composição do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Cachoeirinha e a nomeação de aprovados em concurso público. INVESTIGADO(S): Câmara Municipal de Vereadores de Cachoeirinha. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01232.002.541/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rafael de Lima Riccardi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto. OBJETO: Acompanhar a execução de programa municipal de acolhimento residencial e moradia temporária instituído pelo Município de Eldorado do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Eldorado do Sul. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01612.000.569/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: Apurar aspectos do Projeto de Lei Municipal nº 011/2026 referente à estruturação de escola de educação especial na rede pública do Município de Santana do Livramento. INVESTIGADO(S): Município de Santana do Livramento. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02552.000.049/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Terra de Areia. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Chim Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Terra de Areia. OBJETO: Apurar apontamentos constantes em relatório de auditoria de contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao Município de Itati. INVESTIGADO(S): Município de Itati. LOCAL DO FATO: Itati.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02552.000.039/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Terra de Areia. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Chim Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Terra de Areia. OBJETO: Apurar denúncia referente a supostas irregularidades administrativas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Itati. INVESTIGADO(S): Município de Itati. LOCAL DO FATO: Itati.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02552.000.029/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Terra de Areia. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Chim Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Terra de Areia. OBJETO: Apurar denúncia sobre supostas irregularidades em licitações envolvendo agente político no Município de Terra de Areia. INVESTIGADO(S): Município de Terra de Areia e agente político identificado nos autos. LOCAL DO FATO: Terra de Areia.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 02552.000.149/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Terra de Areia. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Chim Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Terra de Areia. OBJETO: Triagem e análise de pedido de providências em infraestrutura urbana no Município de Terra de Areia. INVESTIGADO(S): Município de Terra de Areia. LOCAL DO FATO: Terra de Areia.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01868.000.419/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dax Barreto Bogo. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: Apurar denúncia acerca da aprovação do Projeto de Lei nº 0110/2026. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santa Vitória do Palmar.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de outubro de 2026.
CASSIANO PEREIRA CARDOSO,
Coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível e do Patrimônio Público.

BOLETIM N.º 19/2026

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Civis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01712.000.190/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio do Meio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carla Pereira Rêgo Flôres Soares. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio. OBJETO: Trata-se de representação encaminhada pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Arroio do Meio, na qual relato violação a direitos de consumidores, com a interrupção frequente do serviço nos bairros Novo Horizonte e Dona Rita, bem como remessa de faturas de cobrança em duplicidade. INVESTIGADO(S): Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN Arroio do Meio. LOCAL DO FATO: Arroio do Meio/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01500.000.807/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marlise Martino Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Apuração de possível comercialização irregular de produtos de origem animal em estabelecimento comercial - Supermercado Santa Flora. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Bagé. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00738.000.649/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Canguçu. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Saalfeld Pinto Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canguçu. OBJETO: Apurar possível prática de dano ambiental decorrente do funcionamento do Abatedouro Weege, localizado em Canguçu/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Canguçu. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01754.000.447/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Heráclito Mota Barreto Neto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: Apurar suposto exercício irregular das profissões de educador físico e nutricionista por Daiane Casaril, a qual anuncia e vende serviços de personal trainer e nutricionista no Município de Encantado, sem ter a formação necessária. INVESTIGADO(S): Daiane Casaril. LOCAL DO FATO: Encantado/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01754.000.125/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Heráclito Mota Barreto Neto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: Apurar instabilidade e descontinuidade do fornecimento de energia elétrica pela RGE nas comunidades de Campinhos, Maracanã e Três Pinheiros, no Município de Roca Sales/RS. INVESTIGADO(S): RGE SUL. LOCAL DO FATO: Roca Sales/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01756.000.015/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ulysses Fernandes Moraes Luz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. OBJETO: Denúncia enviada pela internet. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Encruzilhada do Sul. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01597.002.901/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: apurar a notícia de possível irregularidade na contratação da Associação Vila Nova para gestão das UPAs de Gravataí, para a gestão, operacionalização e execução integral dos serviços de saúde nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) Porte II, Nível V, do Município de Gravataí/RS.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Gravataí/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01510.000.329/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcos Roberto Lamin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. OBJETO: Apurar possível prática lesiva aos direitos dos consumidores atribuída à empresa Coml Buffon Comb. e Transp. Ltda. (Posto Buffon 49), consistente na eventual divergência entre os preços de combustíveis anunciados em placas, painéis ou outros meios de publicidade e aqueles efetivamente praticados nas bombas de abastecimento, bem como verificar a adequação das informações prestadas aos consumidores e a observância dos deveres de transparência, clareza, precisão e ostensividade na divulgação dos preços. INVESTIGADO(S): Coml Buffon Comb e Transp. LOCAL DO FATO: Ijuí/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01518.001.224/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. OBJETO: Averiguar a legalidade de aditivo contratual celebrado entre o Município de Cruzeiro do Sul e a Corsan/AEGEA. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Cruzeiro do Sul/RS. CAO comunicado: CAO O CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01802.000.603/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jéssica Osmarini Marques. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: Apurar possível regularidade da fiscalização sanitária exercida sobre o Hospital São João Batista, localizado no Município de Nova Prata, especialmente quanto à realização de inspeções e ações de controle sanitário no período compreendido entre janeiro de 2025 e maio de 2026, diante da informação de ausência de fiscalização pela Vigilância Sanitária Municipal sob o fundamento de que a atribuição competiria à 5ª Coordenadoria Regional de Saúde, buscando verificar a efetiva atuação dos órgãos competentes, a existência de vistorias, relatórios, notificações ou demais medidas de acompanhamento sanitário do estabelecimento de saúde. INVESTIGADO(S): Hospital São João Batista - Nova Prata. LOCAL DO FATO: Nova Prata/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00824.007.848/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de

Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: Apurar a notícia de valor excessivo do valor da passagem de ônibus no Município de Pelotas/RS. INVESTIGADO(S): Município de Pelotas. LOCAL DO FATO: Pelotas/RS. CAO comunicado: CAO DE CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00824.007.740/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Pereira Zibetti. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: Consumidor, venda de meia-entrada, jogo do GEB Brasil x União Frederiquense, 24/10/2026, Pelotas/RS. INVESTIGADO: GRÊMIO ESPORTIVO BRASIL (BRASIL). LOCAL DO FATO: Pelotas/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00832.003.053/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alcindo Luz Bastos da Silva Filho. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar não restituição da quantia paga por PIX em 24 horas após cancelamento da compra, a despeito da propaganda das Casas Bahia nesse sentido. INVESTIGADO(S): Grupo Casas Bahia S/A. LOCAL DO FATO: Porto Alegre/RS. CAO comunicado: CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00832.003.488/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisandra Demari. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Vício de qualidade consistente na comercialização de arroz com qualidade real inferior à rotulada. INVESTIGADO(S): Pilecco Nobre Alimentos. LOCAL DO FATO: Alegrete/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01304.003.946/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisandra Demari. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Instaurar Procedimento Preparatório para apurar possível vício de qualidade na prestação do serviço de transporte público coletivo, consistente na superlotação dos ônibus da linha T1, operada pela Carris. INVESTIGADO(S): Companhia Carris Porto-Alegrense. LOCAL DO FATO: Porto Alegre/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01304.004.122/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisandra Demari. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Investigar a eventual ocorrência de práticas abusivas e a violação do dever de informação clara e prévia ao consumidor (art. 6º, III, e art. 39, I e IV, do Código de Defesa do Consumidor) pela empresa Ticketmaster Brasil Ltda. e correlatas produtoras de eventos, consubstanciadas no fracionamento e reserva de inventário de ingressos por canais de venda com limitação de cota na bilheteria física oficial sem o devido aviso prévio e ostensivo ao público, com potencial indução do consumidor ao canal eletrônico pago (sujeito à taxa de serviço de 18%), bem como verificar a adequação da infraestrutura dos pontos presenciais isentos e estabelecer diretrizes de transparência para a distribuição da carga de ingressos comercializada em eventos em bilheterias físicas e virtuais. . INVESTIGADO(S): Ticketmaster Brasil Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00832.001.952/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisandra Demari. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar suposta prática comercial abusiva e vício de consentimento na oferta, contratação e na conversão de períodos gratuitos em assinaturas pagas do serviço "Uber One", bem como na cobrança de pendências de assinatura via motoristas durante a execução de viagens, inclusive com preterição de saldo preexistente em Uber Cash. INVESTIGADO(S): UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.. LOCAL DO FATO: Porto Alegre/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01304.004.133/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisandra Demari. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Cobrança de seguro residencial diretamente na fatura da energia elétrica. INVESTIGADO(S): CEEE. LOCAL DO FATO: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01304.003.440/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisandra Demari. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Possíveis vícios construtivos relacionados ao isolamento acústico do empreendimento Supreme Altos do Central Parque, da Melnick. INVESTIGADO(S): Melnick Incorporações e Construções S.A.. LOCAL DO FATO: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01304.003.753/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisandra Demari. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Falha na prestação dos serviços por parte da empresa investigada. INVESTIGADO(S): LD Soluções em Transporte Ltda. (Giulian Mudanças). LOCAL DO FATO: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00832.001.465/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisandra Demari. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Investigar a ocorrência de potenciais práticas abusivas e o descumprimento sistêmico da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) por parte da seguradora Allianz Seguros S.A. e de sua prestadora de serviços Ghaia Reguladora e Auditoria Securitária, consistente: a) no compartilhamento e tratamento indevido de dados pessoais e sensíveis de saúde de segurados sem a devida observância aos princípios da necessidade, proporcionalidade e transparência, inclusive mediante a realização de procedimentos de sindicância de sinistro com ingerência desproporcional na vida privada e rotina dos

consumidores; b) na realização massiva e imotivada de consultas de CPFs em bancos de dados de proteção ao crédito (Serasa Experian) de cidadãos sem relação contratual vigente ou proposta em andamento; e c) na utilização indevida de dados cadastrais para emissão de boletos de cobrança não solicitados no sistema de Débito Direto Autorizado (DDA), visando à tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores. INVESTIGADO(S): Allianz Seguros S.A., Ghaia Reguladora e Auditoria Securitária. LOCAL DO FATO: Porto Alegre/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01631.000.139/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisandra Demari. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Realização do procedimento estético de blefaroplastia por odontólogo. INVESTIGADO(S): Vanessa Machado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00852.004.960/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laura Regina Sedrez Porto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar possível irregularidade envolvendo a oferta de cursos para crianças e adolescente na rede pública de ensino. INVESTIGADO(S): Instituto Líder Mirim (Y C A P da Silva Treinamento e Cursos). LOCAL DO FATO: Rio Grande. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00852.001.434/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laura Regina Sedrez Porto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar possíveis práticas abusivas da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em face dos consumidores da Ilha da Torotama. INVESTIGADO(S): Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). LOCAL DO FATO: Rio Grande. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00020.000.754/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rio Pardo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Cozza Bruno. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo. OBJETO: Possíveis irregularidades na emissão de receituários agronômicos. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rio Pardo. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01824.000.165/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rio Pardo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Cozza Bruno. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo. OBJETO: Apurar interrupções do sinal de telefonia e internet móvel da operadora Vivo, no município de Pantano Grande - RS.. INVESTIGADO(S): Telefônica Brasil S.A. - VIVO. LOCAL DO FATO: Rio Pardo. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01530.000.411/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar a regularização registral da incorporação imobiliária do empreendimento Residencial Dona Laura e prevenir a oferta ou comercialização de unidades autônomas antes do respectivo registro perante o Cartório de Registro de Imóveis.. INVESTIGADO(S): New Corretagem de Imóveis Ltda (New Soluções Imobiliárias). LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00865.009.477/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosangela Corrêa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Apuração de ilegalidades no estabelecimento Casa de carnes Borges de Medeiros, na Avenida Borges de Medeiros, em Santa Maria, por ocasião da Força Tarefa Segurança Alimentar do Ministério Público juntamente com diversas instituições. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santa Maria. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00865.009.998/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giani Pohlmann Saad. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Apurar as irregularidades sanitárias constatadas em fiscalização realizada em 16 de junho de 2026, no Município de Itaara/RS, no âmbito do Projeto Segurança Alimentar do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, junto ao Supermercado MR, em Itaara/RS, consistentes, em tese, na comercialização e manutenção em estoque de alimentos impróprios ao consumo, inclusive carnes sem comprovação de procedência, alimentos mantidos em temperatura inadequada, armazenamento irregular de gêneros alimentícios, deficiência das condições higiênico-sanitárias do estabelecimento, em potencial afronta aos direitos básicos dos consumidores à saúde, à segurança e à adequada informação. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santa Maria. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01447.000.883/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Rogério de Oliveira Bressan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. OBJETO: Verificar situação da falta de ligação de energia elétrica no Bairro Pascotini em Santo Ângelo Local: Rua Dr. Neri Cavalheiro, nº 805, Bairro Pascotini em Santo Ângelo. INVESTIGADO: Município de Santo Ângelo. LOCAL DO FATO: Santo Ângelo. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01614.000.906/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel. OBJETO: OBJETO: Apurar possíveis práticas abusivas e irregularidades cometidas pelo Banco Agibank S/A relacionadas à negativa ou dificultação da portabilidade de crédito consignado.INVESTIGADO(S): Banco Agibank S.A.. LOCAL DO FATO: São Gabriel RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO:

01616.000.505/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Acompanhar e fomentar a adoção de medidas destinadas à adequação dos padrões de entrada de energia elétrica de famílias em situação de vulnerabilidade social identificadas no Município de São Luiz Gonzaga/RS, mediante articulação entre o Poder Público Municipal, a RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. e demais órgãos ou instituições envolvidos, com vistas à segurança das instalações e à continuidade do serviço público essencial. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Luiz Gonzaga/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01618.001.515/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: Cobrança indevida de tarifa de esgoto pela CORSAN, abaixo assinado apresentado pelos moradores da Rua Leopoldo Johan, Bairro Pasqualine, Sapucaia do Sul/RS. Recebido pessoalmente, na Secretaria-Geral da Promotoria, pelo senhor Anatalino de Oliveira Lima. INVESTIGADO(S): CORSAN - Sapucaia do Sul. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01618.001.581/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: Inadimplência nas Faturas de Energia Elétrica. INVESTIGADO(S): Fundação de Saúde de Sapucaia do Sul. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00909.000.179/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapera. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marisaura Inês Raber Fior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades sanitárias e consumeristas constatadas durante fiscalizações da Força Tarefa Alimentar realizadas no estabelecimento Mercado Central, bem como verificar a adoção das medidas necessárias à adequação das inconformidades apontadas pelos órgãos de fiscalização. INVESTIGADO(S): Mercado Musskopf Eireli. LOCAL DO FATO: Tapera. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01593.000.693/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Trata-se de Instauração de Inquérito Civil para apuração de possíveis irregularidades em Segurança Alimentar - Confraria da Praia - Simoni Schwartzaupt de Oliveira.. INVESTIGADO(S): Confraria da Praia - Simoni Schwartzaupt de Oliveira, Simoni Schwartzaupt de Oliveira. LOCAL DO FATO: Imbé. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01593.002.657/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Denúncia Anônima acerca de Supostas Práticas Abusivas em Intermediação Imobiliária - Artus Imóveis - Tramandaí/RS. INVESTIGADO(S): Imobiliária Artus Imóveis - Artus Mateus dos Santos. LOCAL DO FATO: Tramandaí. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01593.001.913/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Apurar possível prática de aumento abusivo de preços de combustíveis pela empresa investigada. INVESTIGADO(S): ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS QUINTÃO LTDA. (Fl. 01 - Posto Charão). LOCAL DO FATO: Balneário Pinhal. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01726.000.726/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Butiá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Cassiano Ferreira da Silva. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 5. OBJETO: Apurar possível ilícito decorrente da demora do reestabelecimento do fornecimento de energia elétrica pela CEEE em razão de temporal ocorrido no dia 21 de setembro de 2026. INVESTIGADO(S): CEEE-D - Grupo Equatorial Energia. LOCAL DO FATO: Butiá. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01536.002.770/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rafael de Lima Riccardi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 34. OBJETO: Apurar denúncia de descaso no serviço prestado pela CEEE Equatorial no Bom Reitro - Eldorado do Sul. INVESTIGADO(S): CEE. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01752.000.099/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rafael de Lima Riccardi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 34. OBJETO: Apurar e adotar providências quanto a notícia de supostas irregularidades na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela concessionária CORSAN/AEGEA. INVESTIGADO(S): CORSAN/AEGEA. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01447.000.816/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paula Regina Mohr. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. OBJETO: Objeto: Verificar notícia de empreendimento comercial denominado "Supermercado Frizzo" sem Licença Ambiental de Operação. Investigado: Fernando Frizzo, proprietário do "Supermercado Frizzo". LOCAL DO FATO: São Miguel das Missões/RS. CAO comunicado: CAO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de outubro de 2026.
ANDRÉ RICARDO COLPO MARCHESAN,
Coordenador do CAO de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL

FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, § 2º, combinado com o artigo 62, ambos da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento n.º 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontra vago o cargo abaixo elencado, na forma de provimento e critério abaixo relacionados:

EDITAL	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
179/2026	Promoção	Merecimento	Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 46
180/2026	Promoção	Antiguidade	Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 47

Os PROMOTORES DE JUSTIÇA interessados têm o prazo de 10 (dez) dias corridos, computados na forma do artigo 3º, § 1º, do Provimento n.º 33/2008-PGJ, alterado pelo Provimento 21/2022-PGJ, para manifestarem interesse na habilitação.
O prazo de desistência encerra-se dois dias úteis após o prazo de habilitação, nos termos da Súmula nº 22 do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, com nova redação publicada no DEMP em 21 de março de 2024.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de outubro de 2026.
JULIANA BOSSARDI,
Promotora-Assessora.

FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS – FRBL

FRBL
FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS - RS

EXTRATO

ESPÉCIE DO TERMO	**APOSTILAMENTO**
NÚMERO DO TERMO	**344/2026**
NÚMERO DO PROCEDIMENTO (SIM)	**02419.000.051/2025**
NÚMERO SGA	**02456.000.014/2026**
NÚMERO DO PROA	**26/0900-0000084-9**
CONCEDENTE	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
SIGNATÁRIO	ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ
CARGO	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
POR INTERMÉDIO DO	**FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS**
SIGNATÁRIO	JOÃO CLÁUDIO PIZZATO SIDOU
CARGO	PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DO FRBL
ORGANIZAÇÃO PARCEIRA	**AMPARO SANTA CRUZ ORIONÓPOLIS**
SIGNATÁRIO	MARIALDO DE ASSIS DA CRUZ
CARGO	DIRETOR-PRESIDENTE
RESUMO DO OBJETO	O presente **APOSTILAMENTO, em atenção ao decidido pelo Presidente do Conselho Gestor do FRBL,** tem por objetivo, com relação ao Termo de Fomento n. 344/2026, Projeto "**Mover-se bem: envelhecer é movimento**", alterar a equipe técnica – meta 4 do Plano de Trabalho – sem alteração nos valores globais e prazo de vigência.
VALOR TOTAL	R$ 244.280,89
VIGÊNCIA	01/10/2027
LOCALIDADES	Porto Alegre/RS

EXTRATO

ESPÉCIE DO TERMO	**CONVÊNIO**
NÚMERO DO TERMO	**4661/2024**
NÚMERO DO PROCEDIMENTO (SIM)	**02456.000.392/2024**
NÚMERO SGA	**02456.000.463/2024**
NÚMERO DO PROA	**24/0900-0000839-3**

CONCEDENTE	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
SIGNATÁRIO	ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ
CARGO	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
POR INTERMÉDIO DO	**FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS**
SIGNATÁRIO	JOÃO CLÁUDIO PIZZATO SIDOU
CARGO	PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DO FRBL
CONVENENTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**
SIGNATÁRIO	**GUSTAVO ZANATTA**
CARGO	PREFEITO MUNICIPAL
RESUMO DO OBJETO	Aditar o Termo de Convênio MPRS/FRBL n. 4661/2024 para prorrogar os prazos de vigência e execução por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 06/12/2026, com ajuste no cronograma de execução, para assegurar a execução do objeto do projeto “Recuperação: Acervo e Mobiliário do Museu Histórico de Montenegro Nice Antonieta Schuler”.
VALOR FRBL	R$ 380.000,00
VIGÊNCIA ATUAL	06/12/2026
NOVA VIGÊNCIA (com prorrogação do termo)	06/12/2028
LOCALIDADE	MONTENEGRO/RS

EXTRATO

ESPÉCIE DO TERMO	**CONVÊNIO**
NÚMERO DO TERMO	**4664/2024**
NÚMERO DO PROCEDIMENTO (SIM)	**02456.000.396/2024**
NÚMERO SGA	**02456.000.464/2024**
NÚMERO DO PROA	**24/0900-0000840-7**
CONCEDENTE	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
SIGNATÁRIO	ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ
CARGO	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
POR INTERMÉDIO DO	**FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS**
SIGNATÁRIO	JOÃO CLÁUDIO PIZZATO SIDOU
CARGO	PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DO FRBL
CONVENENTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**
SIGNATÁRIO	**GUSTAVO ZANATTA**
CARGO	PREFEITO MUNICIPAL
RESUMO DO OBJETO	Aditar o Termo de Convênio MPRS/FRBL n. 4664/2024 para prorrogar os prazos de vigência e execução por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 06/12/2026, com ajuste no cronograma de execução, para assegurar a execução do objeto do projeto “Restauro de acervo do Arquivo Histórico Municipal Maria Eunice Kautzmann”.
VALOR FRBL	R$ 390.000,00
VIGÊNCIA ATUAL	06/12/2026
NOVA VIGÊNCIA (com prorrogação do termo)	06/12/2028
LOCALIDADE	MONTENEGRO/RS